

MESA COORDENADA

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

Cláudia Alves Durans (coordenadora)¹

Juan Pablo Sierra Tapiro²

Walter Mauricio Gallego Medina³

Wagner Miqueias Félix Damasceno⁴

Nesta mesa coordenada discutiremos a atualidade do sistema do capital e sua relação destrutiva com a natureza, que produz consequências como doenças, epidemias e a pandemia da covid-19, tendo consequências profundas para a economia, na concentração e acumulação de riquezas e de aumento da pobreza, assim como, nas lutas de classes em várias partes do mundo, em especial na América do Sul. Traz uma análise da pequena mineração de ouro na Colômbia que representa 80% da produção anual de ouro e é marcada por relações de informalidade e "ilegalidade" típicas da estrutura econômica e política do país, condição que a torna uma expressão de trabalho vulnerável a ser capturada por capitais clandestinos, usurários e criminosos, que se encarregam de financiar e / ou extorquir as etapas da cadeia de valor, (extração, lucro e comercialização) e toda a complexidade e múltiplas sutilezas para encobrir a "ilegalidade" do ouro, lavar dinheiro e dar continuidade à rota de comércio internacional. Apresenta também Aportes para entender el Paro Nacional de 2021 en Colombia, como expresión de la crisis capitalista" apresenta uma aproximação à maior mobilização social realizada nesse país durante o século XXI, entendido esse protesto como uma expressão da crise capitalista, tanto na sua face mais imediata (na pandemia do Coronavírus COVID-19). Analisa ainda as lutas antirracistas na atualidade através do fenômeno recentes que são as derrubadas das estátuas nos EUA e América Latina pelos movimentos sociais.

Palavras-chave: Capitalismo; Trabalho; Mineração; Lutas Sociais; Pandemia

1 Profa Dra Universidade Federal do Maranhão (UFMA). claudia.durans@ufma.br

2 Prof Dr Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) juan.tapiro@uerj.br

3 Prof Doctorando de Pós PRODEMA/UFPE.

4 Prof Dr Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). wagnermiqueias@gmail.com

PROMTORES



APÓIO





CRISE CAPITALISTA, DESIGUALDADES E PANDEMIA

RESUMO

Este artigo analisa a crise capitalista contemporânea a partir da perspectiva marxista. Identifica no padrão de acumulação atual a excessiva industrialização da agricultura numa relação destrutiva com a natureza, que produz efeitos nocivos, entre os quais doenças, epidemias, pandemia, em especial a pandemia da covid-19. Esta última que vem produzindo um verdadeiro genocídio, causando fortes impactos na economia, na concentração e acumulação de riquezas e de pobreza, assim como nas lutas de classes em várias partes do mundo, em especial na América do Sul.

Palavras-chaves: Capitalismo; Crises; Pandemia; Lutas Sociais

ABSTRACT

CAPITALIST CRISIS, INEQUALITIES AND PANDEMIC

This article analyzes the contemporary capitalist crisis from a Marxist perspective. It identifies in the current accumulation pattern the excessive industrialization of agriculture in a destructive relationship with nature, which produces harmful effects, including diseases, epidemics, pandemics, especially the covid-19 pandemic. The latter has been producing a veritable genocide, causing strong impacts on the economy, on the concentration and accumulation of wealth and poverty, as well as on class struggles in various parts of the world, especially in South America.

Keywords: Capitalism; Crises; Pandemic; Social Struggles

PROMTORES



APOIO



1. INTRODUÇÃO

A análise das condições atuais do capitalismo, o aumento do pauperismo, das desigualdades, etc., passa necessariamente por considerar as condições da pandemia da covid-19. Antes mesmo da pandemia, o capitalismo já vinha enfrentando crises sucessivas e as soluções implementadas só tem agravado e potencializado mais crises. Neste artigo, abordamos a crise do capitalismo na contemporaneidade, agravada pela pandemia, agregando na análise o agravamento da questão ambiental e desigualdade social, como parte do caráter destrutivo do sistema, entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, colocam a humanidade numa encruzilhada histórica.

2. CRISE CAPITALISTA E PANDEMIA

Caracterizamos que a forma atual sob a qual ocorre produção e reprodução da vida humana, ou seja, a forma capitalista, está em crise. Partilhamos da perspectiva analítica que entende que as crises são inerentes ao capitalismo, por suas contradições e características essenciais: produção coletiva e apropriação privada; existência de classes sociais com interesses antagônicos; propriedade privada dos meios de produção; trabalho não pago, apropriado pelos capitalistas; regime de assalariamento que cobre apenas o custo da força de trabalho; opressão a serviço da exploração; centralização e concentração da riqueza; anarquia na produção; produção mundial; protecionismo para os países imperialistas e livre-cambismo para os semicoloniais, entre outros.

O capitalismo desde a sua gênese necessita inventar e reinventar formas de exploração e subordinação de classe, no sentido de enfrentar as suas contradições que são insolúveis. Para Marx, “o capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros, em última análise, pela atividade combinada de todos os membros da sociedade”. (Marx e Engels,

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

APOIO

Fundação
Sousândrade

CAPES

CNPq

FAPEN

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação
GOVERNO DO
MARANHÃO

1998,p.52). Nesse sentido, é impossível ao capital desenvolver-se sem o trabalho do proletariado, ou seja, sem o seu antagônico, mais ainda, esse desenvolvimento pressupõe a concentração de riquezas em mãos dos capitalistas e a concentração da miséria para as classes destituídas da propriedade dos meios de produção.

Todas as sociedades anteriores à capitalista enfrentaram crises que eram detonadas, em geral, por fenômenos da natureza, por epidemias, guerras, ou seja, fenômenos externos à economia, e eram crises de subprodução, já que eram sociedades que enfrentavam a escassez. Já nas sociedades capitalistas as crises são de superprodução, a incorporação da ciência e da técnica na produção aumenta a capacidade humana de produzir mercadorias.

A burguesia, com a sua dominação de classe, que conta apenas com um século existência, criou forças produtivas mais abundantes e mais grandiosas que todas as gerações passadas tomadas em conjunto. A domesticação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, os caminhos de ferro, os telégrafos elétricos, o arroteamento de continentes inteiros, a regularização dos rios, populações inteiras brotando da terra – qual dos séculos passados pôde sequer suspeitar que semelhantes forças produtivas dormitassem no seio do trabalho social?

Como afirma Marx e Engels no Manifesto Comunista, as crises são resultado de excesso de civilização:

As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, toda esta sociedade burguesa moderna, que fez surgir tão poderosos meios de produção e de troca, assemelha-se ao mago que já não é capaz de dominar as potências infernais que desencadeou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é mais do que a história das forças produtivas modernas contra as atuais relações de produção, contra as relações de produção que condicionam a existência da burguesia e a sua dominação. Basta mencionar as crises comerciais que, com o seu retorno periódico ameaçam, cada vez mais, a existência de toda a sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma parte considerável dos produtos já criados, mas ainda uma grande parte das próprias forças produtivas já existentes. Durante as crises, abate-se sobre a sociedade uma epidemia que, em qualquer época anterior pareceria absurda – a epidemia da superprodução. A sociedade encontra-se subitamente retrotraída a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome, que uma guerra devastadora mundial a privaram de todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados.

E tudo isto por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de vida, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas de que dispõe não servem já o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações de produção burguesas; pelo contrário,

tornaram-se demasiado poderosas para estas relações, que constituem um obstáculo ao seu desenvolvimento; e todas as vezes que as forças produtivas sociais vencem este obstáculo, precipitam na desordem toda a sociedade burguesa e ameaçam a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conter as riquezas criadas no seu seio. Como é que a burguesia vence estas crises? Por um lado, destruindo pela violência uma grande quantidade de forças produtivas, por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que conduz isto? A preparar crises mais gerais e mais violentas e a diminuir os meios de preveni-las.

Nesse sentido, as crises de superprodução revelam que as relações de propriedade e de produção capitalistas são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas. Na época analisada por Marx (1998, p. 45), vários mecanismos eram utilizados para diminuir os efeitos das crises, inclusive a desvalorização ou destruição de forças produtivas e a conquista de novos mercados. Evidentemente que não resolia e ainda potencializava novas crises. No capitalismo contemporâneo, mundo globalizado, onde a conquista de mercados completamente novos não é mais possível, os capitalistas buscam agora a racionalização dos mercados existentes, potencializando a sua capacidade de realização, sem necessariamente implicar o crescimento do número de consumidores, mas por um alargamento horizontal dos mercados.

Lênin (1977) analisando o quadro da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, às vésperas da primeira guerra imperialista mundial, sustentando-se nos estudos de Marx acerca das leis do surgimento, desenvolvimento e decadência do capitalismo, destaca seus traços constitutivos: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na economia; 2) fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.



"O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas." (LÊNIN, 1977, p. 642).

Dezenas de milhões de cadáveres e mutilados, vítimas da guerra – essa guerra feita para decidir que grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, devia receber uma maior parte do saque -, e depois estes dois ‘tratados de paz’ (Brest-Litovsk e Versalhes), abrem os olhos, com uma rapidez até agora desconhecida, a milhões e dezenas de milhões de homens atemorizados, oprimidos, iludidos e enganados pela burguesia. Em consequência da ruína mundial, fruto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que atravesse, não poderá, terminar senão com a revolução proletária e sua vitória. (LÊNIN, 1977, p. 583).

Em 1915, no contexto da 2ª Grande Guerra, Rosa Luxemburgo diante dos horrores da guerra imperialista denunciou o caráter do imperialismo e a necessidade do proletariado mundial enfrentá-lo e construir outra sociabilidade.

"Encontramo-nos hoje, tal como profetizou Engels há uma geração, diante da terrível opção: ou triunfa o imperialismo, provocando a destruição de toda a cultura e, como na Roma Antiga, o despovoamento, a desolação, a degeneração, um imenso cemitério, ou triunfa o socialismo, ou seja, a luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo, os seus métodos, as suas guerras. Tal é o dilema da história universal, a sua alternativa de ferro, a sua balança a oscilar no ponto de equilíbrio, aguardando a decisão do proletariado". (Luxemburgo, 1915 p 6)

Analisando as crises capitalistas, no pós 1ª guerra mundial em “Imperialismo e a Crise Mundial”, Trotsky destaca a dinâmica do sistema do capital que produz equilíbrios, rompimentos e restaurações, num movimento extremamente complexo. A partir da análise dos desdobramentos da 1ª guerra mundial, apontou a tendência de uma nova crise devido a contradições não resolvidas pela primeira guerra, cuja consequência poderia ser um novo grande conflito bélico mundial, como efetivamente se ocorreu.

"Com a guerra imperialista, entramos na época da revolução, isto é, a época em que os próprios pilares do equilíbrio capitalista estão sendo abalados e colapsando. O equilíbrio capitalista é um fenômeno extremamente complexo. O capitalismo produz esse equilíbrio, o rompe, restaura-o novamente para rompê-lo de novo, simultaneamente estendendo os limites de sua

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MINAS GÉRMES

APOIO



Fundação
Souza Aranha



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPENa
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Paraná



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação
GOVERNO DO
PARANÁ

dominação. Na esfera econômica esses constantes rompimentos e restaurações do equilíbrio tomam a forma de crises e *booms*. Na esfera das relações inter-classes, o rompimento assume a forma de greves, locautes, luta revolucionária. Na esfera das relações inter-estados, o rompimento do equilíbrio significa guerra ou – em uma forma menos intensa – guerras tarifárias, guerra econômica ou bloqueios. O capitalismo assim assume um equilíbrio dinâmico, no qual sempre está no processo de ruptura ou restauração. Mas ao mesmo tempo esse equilíbrio tem um grande poder de resistência, cuja maior prova disso é o fato de que o mundo capitalista não foi derrubado até hoje.” (Trotsky, 2008, pgs 10-11)

Esses revolucionários, viveram e escreveram na época do 1º grande conflito mundial, que produziu uma carnificina de 10 milhões de mortos. Os dados da 2ª grande guerra mundial, mostram que foi ainda mais sangrenta: segundo estimativas, entre 50 a 85 milhões de mortos.

Assim que, entre crises e estabilidade, equilíbrios e desequilíbrios, o capitalismo contemporâneo se enrendou numa contradição insolúvel, utilizando as palavras de Marx, que semelhante a um feiticeiro que conjurou gigantescos meios de produção e troca e perdeu o controle sobre os seus poderes infernais e pôs em movimento. Além de destruir milhares de vidas seja por guerras mundiais, ou regionais, seja pela fome e miséria, seja pela violência, enfrenta ainda uma grande contradição com a própria natureza, com a qual exerce uma relação destrutiva, colocando o próprio habitat do ser humano em risco, pela ganância e voluptuosidade pelo lucro.

Na contemporaneidade, pensamos que a sociedade humana sob o regime do capital entra em mais uma encruzilhada histórica, numa escala de destruição da natureza nunca antes vista e denunciada pelos cientistas e ambientalistas.

Marx já apontava em *O Capital* a tendência da subordinação da agricultura à indústria, ou seja, que o aumento da produtividade agrícola estava diretamente subordinado ao desenvolvimento da produtividade da indústria que fornece em escala crescente os insumos à produção agrícola. O que verificamos hoje: industrialização excessiva da agricultura; produção de gado e aves em elevada potência e confinados; derrubada de florestas nativas; mineração extremamente predatória; utilização excessiva da produção de energia fóssil; pesca industrial predatória, etc.

Como analisa Rob Wallace (2021):

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS

APOIO



Essas expansões estão interligadas por circuitos de capital e consumo. Os circuitos geram um volume crescente de comércio de animais vivos, produtos, alimentos processados e germoplasma. As áreas de monocultura em ascensão, são caracterizadas pelo declínio da diversidade de animais e plantações, à medida que as intervenções técnicas selecionam algumas variantes genéticas em detrimento de todas as outras. A diversidade também é perdida à medida que as empresas se consolidam. Essas mudanças impulsionadas pela economia, produziram profundos impactos em nossa ecologia e saúde pública.

Essa tendência é levada a todos os cantos do planeta com implicações desastrosas. Rob Wallace (2021) explica essa situação a partir dos dados abaixo:

- 40% da área livre de gelo da Terra é dedicada à produção agrícola, hoje o maior bioma terrestre, ao qual muitos milhões de hectares serão incorporados até 2050.
- Pastagens e cultivos ocupam 24,9% e 12,2% respectivamente da área terrestre global.
- A criação de aves e gado, representam 72% da biomassa animal global, ultrapassando largamente a biomassa total da vida selvagem dos vertebrados. São verdadeiras cidades de porcos e galinhas industrializados,
- Sessenta e quatro por cento de todas as galinhas (22,7 bilhões globalmente em 2016), bovinos (1,470 bilhão), ovelhas (1,170 bi), cabras (1 bi), suíños (981 milhões) e patos (1,2 bi) estão concentrados em 2% da superfície do planeta.
- Ao mesmo tempo, 10% deles estão espalhados em 69% da superfície da Terra.

A agricultura intensiva em grandes propriedades; o confinamento de aves, o gado em currais que concentram grandes populações de indivíduos; a mineração aberta etc. combinam-se com formas tradicionais ainda realizadas em grande parte dos países que são incorporados à produção para o mercado mundial. Essa mistura de atividades à margem das grandes florestas submetidas à exploração madeireira, é

PROMOTORES



APOIO



um criadouro de patógenos. Tudo isso está diretamente relacionado com o mundo urbano.(Rob Wallace, 2021)

Aqui pode-se compreender a pandemia atual do coronavírus, a partir desse desequilíbrio na natureza levada a cabo pela intensa industrialização. Para Wallace, a covid 19 foi criada pelos homens, mas não dentro da teoria conspirativa anunciada por Trump e Bolsonaro de que foi criada pelos chineses. Mas pela intensa destruição do metabolismo natural do planeta.

A covid 19 tem seu percurso semelhante a gripes aviárias e suínas, que foram transmitidas a seres humanos. Makona Ebola, Febre Q, Zika, entre muitos outros — podem estar ligados à agricultura intensiva e outras formas de exploração da natureza como a indústria madeireira e mineração.

Nesse contexto, o capital expõem a sua face mais perversa durante a pandemia. Diante da queda da taxa de lucro dos capitalistas de vários setores, da quebra de médios e pequenos negócios, o setor da indústria farmacêutica que produz as vacinas é o setor que mais lucra na atualidade. A humanidade já viveu por exemplo a pandemia da gripe espanhola, que matou milhares de pessoas em todo o mundo. Na pandemia da covid 19 a descoberta das vacinas foi um feito extraordinário que, no entanto é tratada como um negócio lucrativo e não como uma necessidade, um direito da humanidade. Assiste-se, o privilégio de alguns países que já vacinaram até 70% de sua população e a grande maioria que sequer conseguem os imunizantes para os setores mais vulneráveis, os chamados grupos de risco.

O exemplo da Índia é emblemático: produz vacina para o mundo inteiro no entanto, o mundo assistiu com a chamada variante Delta, o Rio Ganges se tornar um cemitério a céu aberto. O problema é que, mais uma vez a propriedade privada serve de entrave para o bem estar da humanidade. Tratando a pandemia como um negócio, ao não garantir a vacinação de forma homogênea, dificilmente a humanidade derrotará o vírus da covid-19, e novas cepas poderão surgir, comprometendo o programa de imunização.

As consequências sociais são desastrosas. Houve o aumento da pobreza e da fome em nível mundial, as próprias agências do imperialismo como o Banco Mundial reconhecem que cerca de 811 milhões de pessoas enfrentaram a fome no primeiro ano da pandemia. Mais da metade de todas as pessoas enfrentando a fome

PROMOTORES



APÓIO



(418 milhões) vive na Ásia; mais de um terço (282 milhões) na África; 60 milhões na América Latina e no Caribe. Na África, é desastroso, estima-se que 21% da população passam fome.

Relatório da Comissão Econômica para a América Latina (**CEPAL**) de março de 2021 revela que:

A pobreza e a extrema pobreza alcançaram em 2020 na América Latina níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, bem como uma piora dos índices de desigualdade na região e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres, devido à pandemia da COVID-19 e apesar das medidas de proteção social emergenciais que os países adotaram para freá-la, informou hoje a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

De acordo com as novas projeções da CEPAL, como consequência da forte recessão econômica na região, que registrará uma queda do PIB de -7,7%, estima-se que em 2020 a taxa da extrema pobreza se situou em 12,5% e a taxa da pobreza atingiu 33,7% da população. Isso significa que o total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior. Desse total, 78 milhões de pessoas estavam em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019.

O relatório registra ainda que os mais afetados são residentes em áreas rurais, crianças e adolescentes; indígenas e afrodescendentes; e na população com menores níveis educativos.

No Brasil, no início de 2021, segundo ano da pandemia, o desemprego atingiu 14,7%, ou seja, 14.805 milhões de pessoas, acrescentando-se os 7 milhões de sub-ocupados e 11,4 milhões perfazendo 33,2 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho. 50% da população brasileira estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, 116,8 milhões de pessoas passam fome e 20 milhões vivem de auxílios governamentais e da solidariedade de outros. (IBGE, 2021)

Por outro lado, segundo revista Forbes O novo coronavírus elevou a riqueza total dos bilionários ao seu nível mais alto. Desde o início da pandemia, a riqueza total mantida por bilionários em todo o mundo aumentou 25%, para mais de US\$ 10 trilhões. (Revista Forbes, 2020)

Evidentemente que o aprofundamento das desigualdades no contexto da pandemia refletirá nas lutas de classes, que já vinha num crescente desde a

PROMOTORES



APOIO



implantação dos planos neoliberais. Com essa situação dramática na qual foram jogadas as massas trabalhadoras, isso poderá também abrir processos de lutas, ainda que limitada por uma pandemia. Assim, no período recente, verificamos lutas no Norte da África, especialmente no Marrocos; registra-se resistência Palestina, contra o Estado de Israel que inclusive impedia a vacinação dos palestinos, além da ofensiva militar contra Jerusalém; intensificação das lutas na Índia; mobilizações contra golpe militar em Mianmar; manifestações na Bielorrússia, na Polônia com destaque para as mulheres na luta pela legalização do aborto; Merece aqui um maior destaque a situação política no EUA que sob o governo de extrema direita de Donald Trump acentuou a perseguição aos latinos, imigrantes e extrema violência com negros e negras. O assassinato de George Floyd que alavancou uma convulsão social, que resultou na derrota de Trump e eleição do Biden.

Nos parece que a temperatura das lutas se elevaram mais na América Latina: rebelião de massas na Colômbia contra a reforma administrativa do governo Duque, com o protagonismo da juventude. As intensas lutas e insurreições no Chile contra o governo de Piñera e seu planos neoliberais. Levante no Peru que levou um professor Castillo, a derrotar Kieko Fujimore nas eleições presidenciais. Manifestações massivas no Paraguai contra o governo de Mario Abdo Benitez. No Retomada das lutas no Haiti.

No Brasil, sob o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro com quase 600 mil mortos durante a pandemia, começam a ocorrer manifestações “Fora Bolsonaro”, com as denúncias de corrupção, ampliação da miséria, inflação dos alimentos, aumentos sucessivos no preço dos combustíveis, na conta de luz, etc., destruição sem precedentes do meio ambiente, além da pauta agressiva de retirada de direitos. Tudo isso tem levando a vida dos brasileiros a patamares insuportáveis. Esse movimento será capaz de alavancar mobilizações massivas?

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurou-se analisar o agravamento da crise no contexto da pandemia. Para isso, buscou-se analisar a partir da perspectiva marxista de crise, como inerente ao próprio sistema, trazendo Marx e Engels, assim como Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky, já no contexto do imperialismo, analisando no início do século

PROMOTORES



APÓIO



XX com a primeira e segunda guerras mundiais, que produziram verdadeiras carnificinas.

Buscou-se analisar a crise atual a partir do padrão de acumulação que coloca a humanidade em risco no planeta: a industrialização extrema da agricultura, a criação de gado e aves confinados, a mineração, a destruição das florestas nativas, expressam a relação destrutiva com a natureza, que tem favorecido o surgimento de várias doenças, inclusive a pandemia da covid-19. Tudo isso, coloca a necessidade de pensar novos rumos para a humanidade: mudar a matriz energética fóssil para energias limpas, menos poluentes, inverter prioridades que coloquem o ser humano numa relação harmônica com natureza como centro. E isto está nas mãos das classes exploradas e oprimidas por esse sistema, que são os que mais sofrem.

A pandemia agravou a crise social, a crise econômica, aumentando o abismo existente entre os ricos, que estão cada vez mais ricos, e os pobres que em geral estão no meio rural, nas periferias, que são negros e negras, mulheres, lgbts, indígenas.

O artigo aponta a crise econômica, social, e a sanitária, como um dos determinantes da elevação das lutas e mobilizações de massas que tem ocorrido em várias partes do planeta, em particular na América Latina com destaque para Colômbia, Peru, Cuba, Paraguai, que lutam contra governos corruptos que impõem agendas regressivas, a exemplo da reforma administrativa na Colômbia. São reação contra a ampliação da miséria e da fome, e tem como protagonistas a juventude.

REFERENCIAS

- LENINE, V.I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.
- _____. **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa: Edições Avante!. 1977.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular 1999.
- _____. **Intervenções na fundação do Partido Comunista Alemão**. São Paulo: Publicações Liga Bolchevique Internacionalista, 1987.

PROMOTORES



APOIO



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Editorial Boitempo, 1998.

RELATÓRIO CEPAL. <https://www.cepal.org/pt-br/>

RELATÓRIO UNICEF. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>

Revista Forbes. <https://forbes.com.br/negocios/2020/10>

WALLACE, Rob. **Planeta Fazenda.** In: Le Monde Diplomatic. Abril 2021.

_____ **Coronavírus, a última herança do colonialismo.** In:
<https://outraspalavras.net/terraeantropocene/covid-ultima-heranca-do-colonialismo/>
23/03/2021

TROTSKY, Leon. **O imperialismo e a crise da economia mundial** – textos sobre a crise de 1929. ed. José Luís e Rosa Sundermann. São Paulo, 2008.

_____. **A Agonia mortal do capital e as tarefas da IV Internacional (Programa de Transição).** In: **Documentos de fundação da IV Internacional – Congresso de 1938.** Ed. José Luís e Rosa Sundermann. São Paulo, 2008



INFORMALIDAD, ILEGALIDAD, CRIMINALIDAD: PARTICULARIDADES EN LA REPRODUCCIÓN AMPLIADA Y DESREGULADA DEL CAPITAL EN COLOMBIA: UNA MIRADA A LA PEQUEÑA MINERIA AURÍFERA

Resumen

La pequeña minería aurífera en Colombia representa el 80% de la producción de oro anual, y está marcada por relaciones de informalidad e "illegalidad" propias de la estructura económica y política del país, ésta condición la convierte en una expresión de trabajo vulnerable de ser capturada por capitales subterráneos, usureros y criminales, quienes se encargan de financiar y/o extorsionar las tres etapas de la cadena de valor (extracción, beneficio y comercialización) siendo los primeros aunque no los últimos en apropiarse de la riqueza y la plusvalía producida en los procesos productivos de la pequeña minería, la cual, será distribuida en un flujo que tiene lo local como contexto de múltiples sutilezas para encubrir la "illegalidad" del oro, lavar dinero y continuar la ruta comercial hasta lo internacional.

Palabras claves: minería, ilegalidad, criminalidad, reproducción del capital, trabajo.

Summary

Small gold mining in Colombia represents 80% of annual gold production, and is marked by relations of informality and "illegality" typical of the country's economic and political structure, this condition makes it an expression of vulnerable work to be captured by underground capital, usurers and criminals, who are in charge of financing and / or extorting the three stages of the value chain (extraction, profit and commercialization) being the first but not the last to appropriate the wealth and surplus value produced in the productive processes of small mining, which will be distributed in a flow that has the local as a context of multiple subtleties to cover up the "illegality" of gold, launder money and continue the trade route to the international scene.

Keywords: mining, illegality, criminality, reproduction of capital, work.

PROMTORES



APÓIO





1. Introducción

El proceso histórico de intervenciones y flujo de capitales extranjeros sobre América Latina, especialmente en Colombia (tributos coloniales, deuda externa, neoliberalismo, privatizaciones, TLC, extractivismo de gran capital, etc), ha desplazado sectores nacionales de la economía formal, hacia la constitución de nichos de economías subterráneas como el contrabando, acaparamiento violento y fraudulento de tierras, narcotráfico y recientemente la minería aurífera como posibilidad para la reproducción ampliada⁵ aunque desregulada del capital en nuestros territorios.

Estos fenómenos de contrabando y tráfico, no son nuevos, Poveda Ramos (1981:48) y Botero María (2007:55) en Sierra (2019:52-53) identificaron prácticas ilegales desde finales del siglo XVIII que contribuyeron con la acumulación originaria de capitales en Colombia, producto del contrabando del oro en polvo hacia el exterior principalmente a Inglaterra, fenómeno que facilitó el temprano surgimiento de empresas mineras a inicios del siglo XIX en el Departamento de Antioquia, así como, la apertura al comercio internacional.

En este sentido, plantemos la reproducción ampliada, ilegal, y desregulada del capital como constitutiva de la formación socioeconómica en Colombia y América Latina, fenómenos que se actualizan en el presente con la expansión del narcotráfico en la región, con los casos de corrupción de Odebrecht, los paraísos fiscales conocidos como Panama Papers, entre otros.

En los años de 1990, el Estado colombiano propuso las privatizaciones de activos públicos y entrado el siglo XXI, focalizó la inversión extranjera directa con énfasis en recursos minero energéticos como motores del desarrollo y el crecimiento económico. El fiel seguimiento de las directrices neoliberales (ajustes en la normatividad ambiental, minera, laboral y fiscal, para favorecer los intereses del capital externo y la banca financiera privada) ha traído grandes consecuencias para

5 Reproducción ampliada significa que el capital comienza un nuevo ciclo con un aumento de valor en relación al ciclo anterior (la acumulación es positiva: parte de la plusvalía fue productivamente invertida). Mandel, Ernest(1982).O Capitalismo tardío. São Paulo, Abril Cultural, p 414. También se pudo revisar Luxemburgo, Roxa (1984). A acumulação do capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Tomo I. Abril S.A. Cultural, São Paulo. Capítulo VI.A Reproducción Ampliada. Editor Vitor Civita, p. 59

PROMOTORES



APÓIO



una clase trabajadora que naufraga en un país desindustrializado y reprimarizado, forzada al desempleo, la precarización y la informalidad en aumento. En el 2020, el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (Dane) informó que la pobreza en Colombia pasó del 35,7% de la población en 2019 al 42,5% en 2020.

Las apuestas del desarrollo de la economía formal en Colombia durante el siglo XX y XXI (privatizaciones, TLC, extractivismo, etc) motivaron el desarrollo de modelos económicos paralelos por sectores olvidados de las políticas de gobierno, encontrando en la informalidad e ilegalidad posibilidades para la reproducción ampliada, y desregulada del capital.

En este escenario, analizamos la participación de la pequeña minería aurífera en Colombia que a partir del siglo XXI con el boom minero (2002-2013) ha crecido a lo largo y ancho del territorio nacional de manera desregulada, sin relaciones salariales y sin títulos mineros, es decir, sin una subsunción⁶ directa al capital y al mercado formal del trabajo, pero igualmente, funcional en la generación de plusvalía apropiada privadamente por terceros en la esfera del mercado a través de la financiación y/o extorsión de capitales criminales, usureros y comerciales, particularizando modos *de acumulación ampliada* en un capitalismo periférico y Gansteril como el Colombiano.

2. Capitalismo gansteril y subsunción ideal de la pequeña minería en Colombia

El capitalismo gansteril se puede entender desde una configuración propia de Estados periféricos donde se tejen redes de mafia que involucra autoridades públicas en diferentes escalas para el control de actividades ilegales como el narcotráfico, el contrabando, la especulación y concentración de la tierra (Tobón, 2019), por su lado,

6 La palabra subsunción se refiere a una categoría clásica que auxilia la teoría del valor de Marx. De manera simple se puede equiparar el uso de la palabra a los siguientes términos: sometimiento o subordinación. Sin embargo, para no simplificar un debate interesante, se sugiere leer: Marx, K. (1971:56). Libro I, Capítulo VI inédito. Resultados del proceso inmediato de producción. Siglo XXI, México; y leer Marx, K (1959: 426). Tomo I, El Capital. Crítica de la economía política. Fondo de Cultura Económica.

PROMOTORES



APOIO



Vega (2002) entiende el capitalismo gansteril con el uso directo de la violencia como estrategia de despojo para la acumulación de capital, en este sentido, según este autor

"la brutal expropiación de tierras del último cuarto de siglo en Colombia, refuerza un proceso estructural, que ahora lleva a cabo unos niveles de violencia y de terror difíciles de concebir en otros lugares del mundo. Este proceso puede definirse como una revancha terrateniente (ahora nutrida con la savia criminal de la alianza que se gestó entre el Estado, las clases dominantes, el paramilitarismo, el narcotráfico y las multinacionales) cuya finalidad ha sido arrebatar las tierras a los campesinos pobres y destruir a los movimientos sociales de tipo agrario que se les pudieran oponer" (Vega, 2012).

En este sentido, en la primera década del siglo XXI, en Colombia se gestó un escándalo de corrupción conocido con el nombre de *piñata minera* donde agentes públicos con la información geológica de primera mano, entregaron concesiones mineras de forma irregular a través del extinto Instituto Colombiano de Geología y Minería (INGEOMINAS), favoreciendo no sólo a compañías de gran capital que se convirtieron en las mayores concentradoras de títulos y hectáreas para la extracción de minerales, sino beneficiando a sectores políticos y testaferros, quienes hicieron uso de las concesiones mineras para la **especulación de tierras menores**, es decir, un mercado de títulos que profundizó la estructura desigual de la concentración de la tierra en Colombia y aceleró los conflictos por "escasez de tierra" para los pequeños mineros informales.

En esta línea, Echavarría, C. (2015), plantea que

durante los últimos 15 años, mediante solicitudes en línea simplificadas, se han otorgado concesiones de exploración en zonas que han pertenecido tradicionalmente a comunidades mineras artesanales. Si bien esto atrajo inversión extranjera directa a Colombia, ello ha sido en detrimento de los derechos de los mineros tradicionales informales y un obstáculo a los procesos de formalización.

Como lo plantea Urán (2021), el gobierno no tuvo en cuenta la dinámica en torno a la minería de oro y la propiedad de la tierra. La falta de conocimiento sobre la diversidad cultural, el uso de la tierra por parte de las comunidades tradicionales, y la dinámica sociopolítica local resultó en contradicciones entre la ley y realidades

PROMOTORES



APOIO



locales. En este sentido, la mayoría de actividades preexistentes como la pequeña minería, fueron declarados ilegales.

El Estado ha intentado formalizar la producción aurífera (Ley 141/1994, Ley 685/2001, Decreto 2390/2002, Ley 1382/2002, Decreto 480/2014), dado que la pequeña minería en su mayoría informal, aporta el 80% del oro anual en el país (PNUMA-MADS 2012:63), éstas políticas de formalización resultan más demagógicas que reales, por el contrario de sus propósitos, se observa un crecimiento desregulado de ésta actividad y una cooptación por sectores criminales (reductos del paramilitarismo, bandas criminales-BACRIM-, disidencias de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-FARC-) que a partir del boom minero (2002-2013), focalizaron el oro como fuente de riqueza para el financiamiento de sus estructuras de guerra.

Además, con la intención de controlar el comercio ilegalidad del oro, el Estado ha implementado estrategias como el (RUCOM⁷) Registro Único de Comercialización, el cual, debe ser ratificado por todos los comercializadores de oro -minería manual, pequeña, mediana y gran minería, plantas de beneficio, casas de compraventa, y Comercializadoras Internacionales (C.I), quienes además, deben

7 El RUCOM, es una medida de control que permite certificar a las personas naturales y jurídicas que comercializan, consumen o benefician minerales en el territorio nacional, con el propósito de darle mayor transparencia a la actividad comercializadora de minerales en Colombia. El Registro Único de Comercializadores de Minerales RUCOM fue creado mediante el artículo 112 de la Ley 1450 de 2011-Plan Nacional de Desarrollo 2010- 2014 y ratificado con la Ley 1753 de 2015-Artículo 267- Plan Nacional de Desarrollo 2014-2018, para adoptar Medidas de control a la comercialización de minerales en el territorio nacional. El artículo 112 de la ley 1450 fue reglamentado por los Decreto 2637 del 17 de diciembre de 2012, 0705 del 12 de abril de 2013 y 035 del 13 de enero de 2014, los cuales fueron derogados por el **Decreto 0276 del 17 de febrero de 2015**, este último compilado en el Decreto Único Reglamentario del Sector de Minas y Energía 1073 del 26 de mayo de 2015 y modificado por los Decretos 1421 del 1º de septiembre de 216 y 1102 de 27 de junio de 2017. Teniendo en cuenta los plazos establecidos en los diferentes Decretos mencionados, la fecha definitiva para el cumplimiento de los requisitos quedó establecida a partir del 1º. De enero de 2015, según lo indica el Decreto 0276 de 2015. El Decreto 1666 de 2016 estableció la clasificación de la minería y la Resolución 40103 del 09 de febrero de 2017, estableció los volúmenes máximos de producción en la minería de subsistencia. El Ministerio de Minas y Energía expidió el Decreto 1102 del 27 de junio de 2017, y en el mismo indicó que los Mineros de Subsistencia de arenas y gravas de río, deberán PUBLICARSE en el RUCOM y los alcaldes deberán realizar el registro de los mineros de subsistencia de arenas y gravas de río en el SI MINERO para consulta y publicación de dichos listados en el RUCOM por parte de la ANM. Por otra parte, la Agencia Nacional de Minería ha emitido las resoluciones 396 del 17 de junio de 2015 por medio de la cual se definen los rangos para inscripción en el RUCOM de los consumidores, 208 del 27 de febrero de 2017 por medio de la cual definen criterios para el cumplimiento de Capacidad económica a comercializadores/consumidores y plantas de beneficio y la 362 del 29 de junio de 2017, mediante la cual se prorroga la exigencia de indicadores financieros para mayo de 2018.

Tomado de: <https://www.anm.gov.co/sites/default/files/rucom-actualizado-2017.pdf>

soportar el origen del metal bajo figuras autorizados acorde con las disposiciones del actual Código de Minas (Ley 685 de 2.001) así: títulos mineros (art.14), solicitudes de legalización (art.165), áreas de reserva especial (art.31), barequeo(garimpo) registrado en las alcaldías (art.155-156), contratos de operación (art. 221) y/o subcontratos de formalización (art. 11 Ley 1658 de 2.013), por fuera de estas figuras, el oro es considerado ilegal y su comercialización es un crimen.

La pequeña minería aurífera informal, está por fuera de las anteriores figuras "legales" y al no poseer título minero, ni estar en procesos de legalización que les garantice el derecho de comercialización, se ven forzados a falsificar su producción registrándose como mineros de subsistencia, es decir, barequeros que no tienen título minero, pero si un permiso en la alcaldía de su jurisdicción para la producción de hasta 35 gramos de oro al mes, estos cupos son ampliamente usados, incluso hay personas muertas o vivas registradas como barequeros, en muchos casos, éstas últimas no saben que con su nombre se está certificando producción de oro. Otra práctica para legalizar el oro, es tener una copia de un título minero e informar falsamente que realmente trabajan en una concesión legalizada.

Sin embargo, estas transacciones fraudulentas dependen en gran medida del papel que juegan los intermediarios, quienes no están legalmente reconocidos, pero realizan un papel crucial en la cadena. Según Urán (2020), en un primer momento los pequeños mineros venden a proveedores locales y éstos venden a intermediarios, quienes

tienen una red sustancial de autoridades locales y servidores públicos que les proporcionan lista de títulos mineros que se puede utilizar para justificar los volúmenes de oro producidos. En algunos casos, estos títulos son propiedad de servidores públicos; en otros, los servidores públicos brindan copias de títulos mineros a intermediarios. A menudo, estos son títulos zonas mineras inactivas. En muchos casos, los propietarios de estas tierras desconocen que sus títulos mineros se están utilizando para este propósito. Los intermediarios luego venden el oro a una Comercializadora Internacional(CI) que es una entidad legal que compra oro en bruto, lo funde y lo vende a empresas de refinación en el extranjero o a joyeros dentro de Colombia. Para cada venta, una distribuidora internacional debe enviar un informe de compra, y pago de regalías a la Agencia Nacional de Minería y un informe de facturación a la Dirección Nacional de Impuestos y Aduanas. Las CI no solo trabajan con intermediarios, sino que también obtiene oro registrado de empresas mineras certificadas.

Las estrategias de falsificación de información sobre producción de oro, son posibles por el papel que ejercen los intermediarios que son los actores que más se

PROMOTORES



APOIO



benefician de esta cadena comercial junto con servidores públicos y Comercializadoras Internacionales. Según Urán (2020), las CI toman la mayor parte, ya que pueden trabajar con múltiples intermediarios y obtener los beneficios sin tener que arriesgar nada. Ellos son también muy bien conectados con servidores públicos y en algunos casos con grupos armados, que brindan protección a cambio de oro.

La producción de la pequeña minería aurífera a diferencia de lo que se piensa, siempre busca integrarse en la economía formal y contribuir con el pago de regalías como una necesidad para ingresar en la legalidad, en el fondo de la cuestión, estas economías extractivas paralelas, centralizan los lucros en el sistema financiero internacional, dejando en los territorios locales las externalidades del proceso como el impacto ambiental, los problemas de salud, y pobreza, etc.

Así lo demuestran investigaciones realizadas por El colombiano (2020): en el exterior, el comprador de oro paga y transfiere el dinero que sale del sistema financiero extranjero y entra al sistema financiero colombiano donde las Comercializadoras Internacionales ya han pagado regalías y distribuyen este dinero entre los comercializadores locales, a través de cuentas bancarias o cheques. A su vez, éstos últimos, realizan transacciones en efectivo que favorecen el enriquecimiento de las redes criminales, mientras el oro ilegal se dispersa por el mundo.

En consecuencia, la dependencia de la pequeña minería informal a los intermediarios, a los proveedores de contrabando de explosivos y mercurio, así como el control financiero de capitales criminales y usureros, genera una sobre carga en los procesos productivos que se traduce en prolongación de sus jornadas de trabajo para compensar las extorsiones, el financiamiento y los altos costos de materiales en el mercado de contrabando. Adicionalmente, los pequeños mineros informales al no tener maniobra de negociación, se ven obligados a vender el oro con un 40% debajo del precio fijado internacionalmente" (El Colombiano, 2020).

Es decir, en la esfera del mercado se produce una transferencia de valor de la pequeña minería aurífera informal, la cual, sin relaciones salariales clásicas, es *subsumida idealmente al capital⁸*, a esta subsunción, le corresponden las formas de

⁸ Para una comprensión de la subsunción ideal del trabajo al capital ver: Karl Marx (1971). El Capital. Libro I. Capítulo VI (inédito), p.82. Editorial, Siglo XXI.

producción de *plusvalía intermedia*, donde ésta, no le es arrancada al productor por la coacción directa en el proceso de trabajo, ni brota tampoco de la supeditación formal ni real del obrero al capital (Marx, 1971).

En este sentido, junto a los productores “independientes”, como es el caso de artesanos, labradores de la tierra, y de pequeños mineros, aparecen, parásitos que explorian sus energías, tales como el capital usurario o el capital comercial (Marx, 1959:426-427), es decir, capitales intermediarios, que, en el caso del proceso de trabajo de la pequeña minería aurífera informal, son representados en gran medida por capitales criminales e ilegales que tejen redes con servidores públicos y Comercializadoras Internacionales.

Conclusiones

- El proceso productivo de la pequeña minería aurífera en el comercio asimétrico del oro, es una necesidad despótica para obtener una renta mínima que permita reproducir las condiciones materiales de existencia individual y familiar de los mineros, estos intercambios, están mediados por relaciones de usura que se aprovechan de los bajos niveles de asociatividad, la alta informalidad, el difícil acceso a crédito, los obstáculos para la compra legal de insumos - explosivos y mercurio-, y la venta legal de oro, lo que convierte a los pequeños mineros en un segmento dependiente de intermediarios-financiadores y comercializadores-, que inciden en las formas “auto-exploitación” de los pequeños mineros, es decir, en la intensificación y prolongación de las jornadas de trabajo, como medios para “compensar” los drenajes que enfrentan en el mercado.
- Los agentes hegemónicos del sector minero en Colombia, no son reservadas exclusivamente al gran capital extranjero, este comparte el control de la economía minera y de las relaciones sociedad naturaleza con la criminalidad y sus tentáculos dentro del Estado, esto, sin diluir, el poder de comando de las transnacionales y sin desconocer que el capital generado en las economías ilegales termina capitalizado en el sistema financiero internacional.
- La pregunta por la permanencia de la informalidad en la pequeña minería y su funcionalidad con la reproducción ampliada del capital en beneficio de

múltiples sectores nacionales e internacionales que se lucran con la expliación del trabajo vivo en condiciones de alta vulnerabilidad y precarización, hacen cuestionar el respaldo real del Estado a las políticas de formalización, las cuales, tienen un carácter más demagogia que efectivo en la práctica.

Referencias

1. Echavarría, Cristina (2015) ¿Qué es Legal? Formalización de la minería artesanal y de pequeña escala en Colombia. IIED, Londres y Alianza por la Minería Responsable (ARM) Colombia.
2. El Colombiano (2020). Tras el oro turbio.
<https://www.elcolombiano.com/especial/tras-el-oro-turbio/home.html>
3. Marx, Karl (1959) Tomo I, El Capital. Crítica de la economía política. Fondo de Cultura Económica.
4. Marx, Karl (1971). El Capital. Libro I. Capítulo VI (inédito). Editorial, Siglo XXI.
5. PNUMA (2012) Guía Práctica. Reducción del uso de mercurio en la minería de oro artesanal y de pequeña escala. Documento del PNUMA bajo el Global Mercury Partnership, producido en colaboración con el Artisanal Gold Council.
6. Renan Vega Cantor (2012), Colombia: capitalismo Gansteril y despojo territorial. <https://www.sinpermiso.info/printpdf/textos/colombia-capitalismo-gangsteril-y-despojo-territorial>
7. Sierra, Alejandro (2029). Segovia: una sociedad local de frontera minera en el Nordeste antioqueño 1860-1950. Trabajo de grado para optar al título de historiador. Universidad de Antioquia.
8. Tobón, Gilberto (2019). Estado Política y Economía en Colombia. Capitalismo Burocrático y Gansteril. Señal Editora.
9. Urán, Alexandra & M. E. Robles (2020) "Colombia: legal loopholes Behind Illegal Gold Trade" En: Global Gold Production Touching Ground. Boris Verbrugge y Sara Geenen (eds). Ginebra, Suiza. Editorial Palgrave Macmillan. Pp: 151-167.

PROMTORES



APÓIO





APORTES PARA ENTENDER EL PARO NACIONAL DE 2021 EN COLOMBIA, COMO EXPRESIÓN DE LA CRISIS CAPITALISTA.

RESUMEN

En este trabajo presentamos una aproximación a la mayor movilización social realizada en Colombia, hasta ahora, en lo corrido del siglo XXI: el Paro Nacional de 2021. Se pretende contribuir con algunos aportes para entender esta protesta, como expresión de la crisis capitalista; teniendo como punto de partida las consecuencias de su detonante más inmediato, la crisis sanitaria provocada por la Pandemia del Coronavirus Covid-19, las respuestas erráticas y clasistas por parte del Estado colombiano; pero apuntando algunos elementos socio-históricos estructurales del desarrollo capitalista en este país, particularmente la ofensiva contra-insurgente y neoliberal en las últimas décadas, cuya peor expresión es lo que podríamos llamar: el neofascismo oligárquico a la colombiana: el uribismo. Así mismo, se plantean algunos elementos respecto al proceso de paz como expresión de la lucha de clases y los desafíos que se presentan en la actualidad.

PALABRAS CLAVES:

Paro nacional en Colombia. Crisis capitalista. Contrainsurgencia. Neoliberalismo. Paz con justicia social.

ABSTRACT

In this paper we present an approach to the largest social mobilization carried out in Colombia, so far, in the 21st century: the National Strike of 2021. We intend to contribute with some elements to understand this protest, as an expression of the capitalist crisis; taking as a starting point the consequences of its most immediate trigger, the sanitary crisis caused by the Covid-19 Coronavirus Pandemic, the erratic and classist responses of the Colombian State; but also pointing out some socio-historical structural elements of the capitalist development of this country, particularly the counter-insurgent and neoliberal offensive in the last decades, which worst expression is what we could call: Colombian-style oligarchic neo-fascism: Uribism. Likewise, some elements are presented regarding the peace process as an expression of the class struggle and the current challenges.

KEYWORDS:

National Strike in Colombia. Capitalist crisis. Counterinsurgency. Neoliberalism. Peace with social justice.

PROMTORES



APOIO



*Los que mueren por la vida,
no pueden llamarse muertos*
Ali Primera

A quienes han luchado y luchan por una nueva Colombia, por la Patria Grande y por la emancipación humana.

• INTRODUCCIÓN

Colombia ha vivido un despertar que comenzó a expresarse en el paro cívico nacional del 21 de noviembre de 2019, pero que tomó una fuerza inesperada a partir del paro nacional iniciado el 28 de abril de 2021. Son diversos los análisis respecto a esta movilización social⁹, la cual, hasta el momento, ha sido la mayor protesta de este Siglo XXI, e incluso, desde la segunda mitad del Siglo XX.

En este texto pretendemos contribuir a esos análisis, entendiendo el Paro Nacional de 2021 en Colombia, como expresión de la crisis capitalista, aproximándonos a sus determinaciones más inmediatas, como a sus determinaciones más estructurales.

Los aportes aquí trabajados, retoman elementos ya expuestos en diversos momentos por el autor, así como algunas contribuciones recientes, precisamente para pensar este Paro Nacional, pero a su vez, pretende traer a colación otros elementos que permitan hacer una síntesis, para seguir pensando las perspectivas de la lucha social y de clases en Colombia en la coyuntura actual, donde el proceso de paz continua teniendo una centralidad histórica, a pesar que, tal vez, aún no haya una conciencia plena al respecto, por parte de las masas que se movilizaron y pusieron a temblar al establecimiento en los últimos meses, y que contiene una potencia que aún no llegó a su máxima expresión.

La perspectiva teórico-metodológica-política asumida en este trabajo es la crítica marxista, pretendiendo un proceso de aproximación, desde el método

9 Destacamos, entre otros, los aportes realizados por Estrada (2021) y De Zubiria y Libreros (2021) en la Edición Especial, 96, de la Revista Izquierda, (<https://revistaizquierda.com/secciones/Numero-96/izq-rev-96-revista-izquierda-96-mayo-2021-completa>). También se encuentran diversos artículos en el Periódico desde abajo – destacamos su edición especial, 280, dedicada a Cali como sucursal de la resistencia (<https://www.desdeabajo.info/ediciones/itemlist/category/428-edicion-n-279.html>)- y en el Portal Rebelion.org. (<https://rebelion.org/categoría/territorios/america-latina-y-caribe/colombia/>).

PROMOTORES



APÓIO



dialéctico-materialista, en el análisis de la realidad social colombiana, lo que a su vez implica las categorías fundamentales de la teoría crítica de la economía política y una perspectiva de clase, desde las clases trabajadoras, en la lucha por la superación del modo de producción y reproducción capitalista.

Inicialmente, realizaremos una breve presentación del Paro Nacional de 2021 en Colombia, respecto a sus causas, sus detonantes inmediatos, así como las condiciones objetivas y subjetivas que llevaron a que se expresara con tanta fuerza; también se plantearán algunos elementos que consideramos claves respecto a la respuesta del capital, especialmente por medio del Estado y los medios masivos de comunicación; y se plantearán algunos aportes respecto a las perspectivas de lo que sigue del paro.

Posteriormente, se propone una reflexión respecto a la intensificación de la ofensiva contra-insurgente y neoliberal en Colombia, partiendo de una breve contextualización histórica, y destacando particularmente dos grandes tendencias en el enfrentamiento político en los últimos años, por un lado quienes asumen la defensa del proceso de paz, y el proceso de democratización que éste implica, y por otro lado, el uribismo, como un abierto enemigo de ese proceso, que podríamos denominarlo como expresión del neofascismo oligárquico a la colombiana.

Por supuesto, estas dos grandes tendencias no son homogéneas, ni son las únicas, pero sí está ahí la base para debatir el momento actual y las perspectivas para la lucha social y de clases en Colombia, teniendo como central la lucha por la paz con justicia social, lo que a su vez implica un debate necesario sobre democracia en el capitalismo y la necesidad de la transición socialista hacia la emancipación humana.

• EL PARO NACIONAL DE 2021 EN COLOMBIA.

El Paro Nacional en Colombia, que tiene como fecha de inicio el 28 de abril (28A) de 2021, fue convocado inicialmente por el Comité de Paro Nacional (CPN)¹⁰, como una

10 El Comité de Paro Nacional, antes “Comando”, es el principal espacio de articulación y unidad que se gestó desde la preparación del paro de 2019, reúne a las centrales sindicales, y diversas fuerzas sociales de todo el país. Sin embargo, ya desde 2019, y muy especialmente en 2021, se ha planteado que este Comité no representa al conjunto de fuerzas que han participado de la movilización social. En consecuencia, sin negar el protagonismo de este espacio de articulación, y la legitimidad de recoger muy buena parte

jornada de movilización principalmente contra la regresiva reforma tributaria impulsada por el gobierno nacional. La expectativa era comenzar a tener cada vez mayor fuerza en las jornadas de movilización que se continuarían convocando en las semanas y meses siguientes, contra el conjunto de políticas neoliberales que estaban -y están- en la agenda del Gobierno Duque (Uribe III), pero también en defensa de la vida y del proceso de paz.

Sin embargo, la jornada sorprendió por la participación tan masiva en las principales ciudades del país, lográndose una paralización con bloqueos de calles, concentraciones y marchas. Pero lo más sorprendente fue que, a pesar de -y en respuesta a - la fuerte represión, la movilización continuó, primero en Cali y después en varias otras ciudades, y después también hubo una importante movilización de campesinos, de pueblos originarios y de pueblos negros en varias regiones.

Este Paro ha sido caracterizado por diversos analistas como un “estallido social”, pero de ninguna manera es un movimiento espontáneo que surgió de la nada, por el contrario es una expresión –la mayor hasta ahora- de un acumulado de experiencias de luchas, que tiene su antecedente más importante en el Paro Cívico Nacional del 21 de noviembre (21N) de 2019, en su momento, la mayor expresión de protesta social en los últimos 50 años, cuyas banderas fueron precisamente: “contra el paquetazo neoliberal, por la vida y la paz”.

Es decir que, a poco más de un año del *mal* Gobierno de Iván Duque Márquez, ya había toda una presión social muy fuerte por las políticas de muerte que se expresaban por lo menos en tres grandes ejes, relacionados entre sí: i) la continuidad y profundización de las políticas neoliberales de mercantilización de los derechos sociales, desmonte de derechos laborales, privatización de las entidades públicas, focalización de la política social, entre otros; ii) el asesinato sistemático de dirigentes, líderes/as sociales, defensores/as de DDHH y firmantes del Acuerdo de Paz; iii) la no implementación del Acuerdo de Paz entre el Estado colombiano y las FARC-EP (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo).

Pero a su vez, es importante registrar que durante la última década en Colombia ha habido un auge de la movilización social, nos referimos aquí al

del acumulado organizativo y de lucha de las últimas décadas, también es necesario que se logren concretar procesos de apertura y articulación con los procesos de base, existentes y emergentes, que fueron protagónicos en el paro de 2021 en las diversas regiones y ciudades del país.

PROMOTORES



PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MINISTÉRIO DO DESPESO

APOIO

Fundação
Sousândrade

CAPES

CNPq

FAPENa

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação
GOVERNO DO
MARANHÃO

contundente y creativo movimiento estudiantil de 2011, cuando se conformó la Mesa Amplia Nacional Estudiantil (MANE), la mayor experiencia de unidad del movimiento estudiantil, en el enfrentamiento de una reforma neoliberal que profundizaba el desmonte y privatización de la educación superior, que inició desde la década de 1990. También el Paro Nacional Agrario y Popular de 2013, con duración de más de 20 días, del cual se conformó la Cumbre Agraria, Campesina, Étnica y Popular, la mayor experiencia de unidad del movimiento agrario¹¹. También las diversas manifestaciones en defensa del proceso de paz, particularmente las grandes marchas durante el proceso de diálogo entre el Estado colombiano y las FARC-EP, posteriormente la contundente defensa de mantener el diálogo después de la derrota (manipulada) del Plebiscito en 2016. Y también otras movilizaciones, que permitieron evidenciar las precarias condiciones de vida en diversas regiones del país, Catatumbo, Chocó, Buenaventura, entre otras, y que lograron expresiones de solidaridad en Colombia e internacionalmente.

Este auge de las movilizaciones sociales no se puede entender de manera lineal, por el contrario, contienen una gran complejidad de acuerdo a los momentos en que se realizaron, atravesadas de manera directa o indirecta por la lucha por la paz con justicia social; en términos por ejemplo del gasto público, de la necesidad de superar las causas del origen y reproducción de una guerra de más de 50 años, especialmente respecto a la propiedad y uso de la tierra, el enfrentamiento efectivo a las estructuras mafiosas de economías ilegales, de no dar un tratamiento de “enemigo interno” a la oposición política y social, de reconstrucción histórica de verdad, como base para la no repetición, de la mano con justicia y reparación integral a las víctimas de la guerra.

En síntesis, lo que pretendemos evidenciar es que reconociendo el momento *sui generis* que se está viviendo en Colombia, no estalló de la nada, hay un acumulado y una continuidad de diversos procesos de la lucha social y de clases, que se ha intensificado y que abre las posibilidades para dar un salto cualitativo en el horizonte de estas luchas.

Pero, por otro lado, también es necesario reconocer el momento particular del Paro iniciado el 28A de 2021, ya que aparentemente las causas serían las mismas del Paro del 21N de 2019. Aquí cabe señalar que ciertamente la Pandemia del

¹¹ Para una aproximación a las movilizaciones sociales en Colombia entre 2010 y 2016 ver Cruz (2017).

COVID-19, y las erráticas y clasistas respuestas del *mal* gobierno Duque (Uribe III), que siguió favoreciendo los intereses del capital financiero y no brindó verdaderos soportes para el cuidado y auto-cuidado ante la crisis sanitaria, conllevó a una agudización aún mayor la pauperización de las clases trabajadoras y el aumento de la desigualdad social en Colombia.

Peor aún, durante la pandemia continuaron los asesinatos sistemáticos de dirigentes, líderes/as sociales, defensores/as de DDHH, y firmantes del Acuerdo de Paz¹²; además, en estos tiempos se ha ido evidenciado la brutalidad y abuso de la fuerza policial, como una de las primeras respuestas a las movilizaciones sociales, tanto en 2019, pero también en 2020¹³ y por supuesto, como veremos, durante el paro de 2021.

Podemos plantear que todo lo anterior ha conllevado cada vez a una mayor indignación social y a una conciencia anti-uribista y anti-neoliberal, todo esto sirvió como un catalizador para la fuerza y contundencia de este Paro de 2021, donde es importante destacar dos elementos claves en este proceso: el protagonismo de la juventud y la ciudad como escenario de lucha.

Históricamente ya ha habido en Colombia una participación muy importante de estudiantes universitarios/as, pero en la actualidad, cada vez más el protagonismo es de jóvenes trabajadores/as de las barriadas, muchos/as sin acceso a la educación superior y/o desempleados/as, cuyas condiciones de vida en tiempos de pandemia empeoraron. Son jóvenes de las ciudades quienes conformaron lo que se ha denominado la Primera Línea¹⁴, fueron los bloqueos y barricadas los/as que

12 En su conjunto, son más de 1.000 desde la firma del Acuerdo de Paz en 2016 (de los cuales más de 280 son firmantes del Acuerdo), al 28 de agosto de 2021, se registran por INDEPAZ 84 líderes, lideresas, defensores/as de DDHH y Firmantes del Acuerdo asesinados durante este año.

13 En noviembre de 2019 fue muy sentida la muerte de Dilán Cruz, joven bachiller de 18 años, asesinado por el Escuadrón Móvil Anti-Disturbios (ESMAD), en el marco de las protestas pacíficas en Bogotá. En septiembre de 2020, en pleno contexto de pandemia, ante la indignación por el asesinato por parte integrantes de la Policía Nacional del estudiante de Derecho Javier Ordoñez (con el antecedente de que días antes en Soacha, en un CAI -Centro de Atención Inmediata- de la Policía, 11 jóvenes habían sido incinerados, de los cuales murieron 09), hubo diversas expresiones de protestas y enfrentamientos con la policía en varias ciudades del país, la brutal represión fue generalizada, pero particularmente en Bogotá y Soacha fueron asesinados 13 jóvenes.

14 La Primera Línea es una forma de organización, al parecer aprendida con la experiencia de Chile en los últimos años, y que empieza a retomarse en Colombia en 2019, pero que se expande y toma fuerza y protagonismo en el Paro de 2021. Consiste en un grupo de auto-

permitieron paralizar ciudades enteras, frenar en parte la movilidad de mercancías, así como brindar condiciones para la auto-defensa de los/as manifestantes.

Así mismo, la ciudad cada vez más se torna un escenario fundamental de lucha, lo fue en el apoyo al Paro Agrario de 2013, en la defensa del proceso de paz en 2016, en la solidaridad con el Paro de Buenaventura en 2017, y tomó nuevas dimensiones en el Paro de 2019 y ahora en 2021.

La respuesta del Estado oligárquico-burgués colombiano, con pleno respaldo de los medios masivos de comunicación (propiedad de capitales nacionales y transnacionales), ha sido la estigmatización, la brutal represión, la criminalización y judicialización (que incluso ha continuado como ejercicio de presión permanente en los barrios populares y como expresión de persecución sobre todo a la juventud). El odio de clase se ha expresado de diversas formas, se han legitimado también las diversas acciones ilegales y paramilitares de contención a las manifestaciones y los/as manifestantes.

Durante el Paro, se registraron 80 víctimas de violencia homicida entre el 28 de abril y el 23 de julio, más de 4.000 víctimas de violencia por parte de la fuerza pública, cientos de heridos/as (entre los cuales 82 fueron víctimas de agresiones oculares), más de 2.000 detenciones arbitrarias, además de por lo menos 28 víctimas de violencia sexual por parte de la fuerza pública, y 90 casos de hostigamiento, agresión y retención a miembros de la prensa¹⁵.

Ante un escenario de desgaste dada la no apertura al diálogo por parte del gobierno nacional, ni con el CPN, ni mucho menos con la juventud de la Primera Línea y la población de los territorios locales; teniendo en cuenta los diversos logros inmediatos como el retiro de la reforma tributaria, la renuncia del ministro de Hacienda, el hundimiento de la reforma a la salud, entre otros; y entendiendo que no

defensa y protección de los/as manifestantes para repeler los ataques de la fuerza pública. Sin embargo es importante destacar que esta denominada Primera Línea, durante el paro, especialmente en los puntos de bloqueo y concentraciones masivas, en realidad se constituyó en un complejo organizativo donde estarían quienes protegen con escudos, quienes enfrentan principalmente con piedras, quienes están recogiendo y organizando las piedras, además de la misión médica y el apoyo logístico y de alimentación. Esta fue una de las experiencias más potentes del paro, como expresión de encuentro y solidaridad, donde la juventud, protagonista de esta lucha, fue abrazada en los barrios por los/as pobladores, y especialmente por las mujeres.

15 Para una ampliación del registro sistemático sobre la violación de DDHH en el paro es clave el Informe de Temblores ONG, Indepaz y Paiis a la CIDH (Corte Interamericana de Derechos Humanos), entre otros documentos producidos por estas organizaciones.

se tendría la fuerza y el apoyo para continuar de manera indefinida el paro de la forma en que se venía realizando¹⁶; se plantea que “el paro no para, se transforma”, expresión que tomó fuerza en diversos puntos de bloqueo y concentraciones masivas, a dos meses de iniciado el paro.

Se decide fortalecer los procesos de organización y pedagogía en los propios barrios, con por lo menos dos perspectivas de continuidad del proceso, por un lado seguir realizando jornadas de movilización como presión al *mal* gobierno, pero también para ir profundizando el desgaste del uribismo, lo que a su vez, por otro lado, se espera fructifique concretamente en las elecciones presidenciales y a congreso de 2022¹⁷.

Sin embargo, el mayor logro del paro es la experiencia que se acumula, la fuerza real del pueblo trabajador decidido a colocar en jaque al establecimiento, más allá incluso de los instrumentos y mecanismos formales; y queda como el principal desafío la necesidad de la organización y la unidad de las fuerzas sociales y políticas que protagonizaron el paro, para asumir llevar hasta las últimas consecuencias la potencia que se evidenció, para la verdadera transformación radical –en su raíz- de la sociedad, y no simplemente en una perspectiva de reformas y de participación político-electorales en los límites de la seudo-democracia restringida en Colombia.

- ENTRE LA INTENSIFICACIÓN DE LA OFENSIVA CONTRA-INSURGENTE Y NEOLIBERAL Y LA LUCHA POR LA PAZ EN COLOMBIA.**

Entendemos que el Paro Nacional de 2021 en Colombia es expresión de la crisis capitalista en este país. El *mal* gobierno de Duque (Uribe III), ha pretendido, con la complicidad de los grandes medios de comunicación, plantear una matriz de que la crisis actual en Colombia es una crisis sanitaria y económica producida por la Pandemia del Covid-19, sin embargo lo cierto es que ya antes de que la Pandemia llegara a Colombia, había un fuerte desgaste social, económico y político, cuya máxima expresión había sido el Paro Cívico Nacional del 21N de 2019, destacando que se mantuvo una agenda muy activa de movilización hasta el mes de marzo de 2020, y que a pesar de la pandemia -y del pretendido encierro forzado sin

16 Algunas reflexiones problematizadoras al respecto se encuentran en Sierra-Tapiro (2021).

17 E incluso es necesario desde ya poner en perspectivas las elecciones locales y regionales de 2023.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MINISTÉRIO DO DESenvolvimento
Social

APÓIO



Fundação
Sousândrade



CNPq



FAPENPA



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação
GOVERNO DO
MARANHÃO

condiciones ni garantías para el mismo-, por lo menos desde el mes de junio de 2020, nuevamente, inicialmente de manera más tímida, empezaron a retomarse algunas movilizaciones en el país.

La evidente crisis social, agudizada por la pandemia, es producto de la crisis económica, y ha repercutido cada vez más en una crisis política, no sólo del *mal* gobierno de Duque (Uribe III), sino del Estado oligárquico-burgués en su conjunto, cada vez más cooptado en sus instituciones por el Ejecutivo, profundizando la fragilidad de la supuesta división de poderes, y con una generalización descarada de las prácticas de corrupción y de la evidencia de las relaciones con sectores del capital ilegal y mafioso.

Lo que se está viviendo en Colombia es una expresión de la crisis estructural del capital, con las particularidades propias de una formación social capitalista dependiente, con un desarrollo desigual y combinado, que en los últimos 40 años de brutal ofensiva neoliberal, ha profundizado las desigualdades sociales, favoreciendo al capital monopolista financiero transnacional, pero mediado también por las economías transnacionales ilegales, especialmente el narcotráfico; y que, para garantizar su proceso de reproducción, ha acudido históricamente al terrorismo de Estado y al paramilitarismo, como dos componentes de la estrategia contrainsurgente en ese país, bajo la orientación y financiación del imperialismo estadounidense¹⁸.

En el caso de Colombia, la institucionalización del neoliberalismo toma fuerza en la década de 1990, teniendo como marco general la Constitución de 1991, que a pesar de ser en su momento un instrumento muy importante en el reconocimiento de derechos civiles, políticos y sociales, también abría las puertas para la mercantilización de derechos y el desmonte de las instituciones públicas en beneficio del capital privado.

El Acuerdo de Paz entre el Estado colombiano y las FARC-EP, firmado en 2016, plantea retomar, recuperar e implementar, muchos de los componentes más democratizadores contenidos en la Constitución de 1991, pero que tres décadas después no se han materializado. En este sentido, hay una articulación necesaria en

¹⁸ Sobre las causas del conflicto social y armado en Colombia y su desarrollo es fundamental el Informe de la Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, destacamos particularmente la relatoría de Moncayo y los informes de Estrada (respecto al violento desarrollo capitalista en Colombia) y Vega-Cantor (respecto a la estrategia de contra-insurgencia), así mismo una aproximación a manera de síntesis introductoria sobre el desarrollo capitalista y la lucha de clases en Colombia se encuentra en Sierra-Tapiro (2017).

la lucha anti-neoliberal, la defensa del Acuerdo de Paz y la defensa de la Constitución de 1991, a pesar de sus limitaciones y contradicciones.

Dicho Acuerdo, plantea reformas democratizadoras respecto a la tenencia y uso de la tierra; respecto a la sustitución de cultivos de uso ilícito; el enfrentamiento a las mafias y a las estructuras sucesoras del paramilitarismo; la ampliación de derechos para la participación política y social, especialmente para la oposición; y poniendo en el centro a las víctimas, se diseñó una estrategia para la reconstrucción de la verdad, con justicia restaurativa, reparación integral y garantías de no repetición.

El Acuerdo de Paz contiene una gran potencia democratizadora y transformadora; por eso el uribismo lo ha enfrentado por todos los medios, y a partir de lograr nuevamente ser gobierno en 2018, ha impedido su implementación en los puntos más estratégicos (proceso que ya había iniciado en el propio gobierno de Santos Calderón, firmante del Acuerdo), y ha desvirtuado el espíritu general de lo acordado, bajo su perspectiva de la rendición del enemigo y, sobre todo, de poder dar continuidad a la reproducción del capital (tanto en los procesos legales como ilegales), sin asumir su responsabilidad en la guerra de más de 50 años, manteniendo su impunidad para poder seguir usando el terrorismo de Estado y el paramilitarismo, según las necesidades de cada momento, es decir, de acuerdo a la capacidad de organización y lucha de las clases trabajadoras y sectores subalternos.

En el mundo, en general, se viven las consecuencias de la crisis estructural del capital (económica, política, social y ambiental)¹⁹, su respuesta preferencial continua siendo la profundización del neoliberalismo; de manera creciente, en la última década, diversas expresiones neofascistas toman fuerza para la garantía de esa reproducción, en el enfrentamiento a quienes por medio de la movilización social han salido a defender sus derechos o incluso planteando la necesidad de una nueva sociabilidad.

En este sentido, podríamos plantear que el uribismo es una expresión del neofascismo oligárquico a la colombiana, combinando las diversas expresiones más reaccionarias y retardatarias del conservadorismo, con prácticas propias de dictadura

¹⁹ Una aproximación introductoria se encuentra en Sierra-Tapiro (2017), para profundizar se puede consultar Mészáros (2009), sobre la relación de la crisis capitalista y la pandemia se encuentran varios artículos en Revista Herramienta Web No. 28.

en una falaz democracia burguesa, que nunca terminó de superar los lastres oligárquicos, propios de sociedades pre-capitalistas.

En este contexto se mantiene como un elemento central de la lucha social y de clases la lucha por la paz con justicia social, lo que en concreto implica la defensa de la implementación del Acuerdo de Paz, retomar el diálogo con el Ejército de Liberación Nacional (ELN), abrir un diálogo con los sectores de las denominadas disidencias de las FARC-EP que estén dispuestas a un acuerdo político para el fin de la guerra, el enfrentamiento efectivo a las estructuras mafiosas y paramilitares, reformas democratizadoras para la efectivización de derechos para una vida digna, como la salud, la educación, la vivienda, el trabajo, la alimentación, entre otros.

Pero lo más importante, dar inicio a un proceso de democratización que no se podrá materializar plenamente en el modo de producción y reproducción capitalista, por tanto que implicará en lo concreto una intensificación de la lucha de clases, develando cada vez más el carácter de clase del Estado oligárquico-burgués, poniendo en perspectiva la necesidad de su superación, y la constitución de un Estado del pueblo trabajador, una transición socialista que posibilite la plena democratización política, social y económica.

• A MANERA DE CONCLUSIÓN.

Colombia está viviendo un despertar cuyo horizonte aún está en disputa. El Paro Nacional iniciado el 28A de 2021, es una expresión de la crisis capitalista, y se enfrentan por un lado fuerzas que están apostando a la construcción de una paz con justicia social, lo que implica el inicio de un proceso de democratización política, social y económica; y por otro lado, fuerzas que pretenden imponer una pacificación sustentada en la muerte, el miedo y la desmemoria. No es posible plantearse en el medio de estas dos tendencias, sin embargo hay matices y divergencias al interior de las mismas, inclusive porque se mantiene una ruptura entre fracciones de las clases dominantes, y hay sectores de la burguesía que están dispuestos a unos mínimos de reformas democratizadoras como las contenidas en el Acuerdo de Paz.

El Paro Nacional mostró una fuerza que ni el mismo pueblo trabajador de Colombia era consciente que tenía, también evidenció que la brutalidad de la represión estatal (y paraestatal) no tiene límites; por eso es necesario seguir

PROMOTORES



APOIO



proponiendo análisis y propuestas que se puedan movilizar entre las diversas fuerzas que le apostaron al paro, pero lo más importante, tal vez, es responder a la necesidad de la organización, es con instrumentos colectivos que nos organizamos para la lucha, es en la lucha que aprehendemos el movimiento de la realidad y que podemos transformarla.

Habrá que prepararse para salir aún con más fuerza a las calles, desde las clases trabajadoras y los sectores subalternos, y también asumir la participación en los límites de la restringida seudo-democracia en Colombia, entendiendo las contradicciones estructurales que se impondrán incluso en caso de lograr un gobierno que se asuma en una perspectiva de lucha por paz; apuntando y tensionando para que el proceso de democratización que implica caminar hacia la paz con justicia social, nos permita un nuevo escenario, incluso, para que también de manera colectiva y masiva se entienda, se quiera, y se asuma la necesaria superación del modo de producción y reproducción capitalista y del Estado oligárquico-burgués, por medio de una estrategia socialista bolivariana.

Sin voluntarismo, no estamos a puertas de una revolución socialista en Colombia; y sin ingenuidad, no habrá paz con justicia social en Colombia en el modo de producción y reproducción capitalista; pero sí con toda la determinación de seguir en la lucha por una nueva Colombia, por una Patria Grande, por una Humanidad emancipada, donde se supere toda forma de explotación, dominación y opresión, por eso también es clave fortalecer los procesos de solidaridad y acompañamiento internacionalistas.

La barbarie es el capitalismo, y por tanto es necesario superarlo; en el caso de Colombia, la conciencia anti-uribista y anti-neoliberal, implica unos pasos importantes en ese camino, y por supuesto, este proceso no puede entenderse ni pensarse de manera aislada respecto a la coyuntura de *NuestrAmérica*, las luchas emancipatorias y el enfrentamiento al imperialismo estadounidense en el presente siglo²⁰.

“...
*Los pobres continuamos en el oprobio y la miseria,
Sometidos al escarnio de los insensibles,*

20 Una aproximación sobre la coyuntura en NuestrAmérica se encuentra en Sierra-Tapiro (2019), sobre el imperialismo estadounidense en Colombia y la región ver Vega-Cantor y Novoa (2016 y 2014).

*De los que quieren que la paz no se haga posible,
De los que piensan que la paz es la ausencia de plomos y muertes,
La paz es la igualdad y a ellos no les conviene,
Pero es de la única forma, en que exista la paz,
Cuando todos seamos iguales y la guerra no exista más”*

Zona Marginal²¹.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- CRUZ, Edwin. (2017). Caminando la palabra: movilizaciones sociales en Colombia (2010-2016). Ediciones Desde Abajo. Bogotá.
- DE ZUBIRÁ-SAMPER, Sergio – LIBREROS-JIMENEZ GIOVANNI (2021). Crisis de hegemonía, subjetividades insurgentes y perspectivas. Em: Revista Izquierda. Edición Especial. 96. Disponível em: <https://revistaizquierda.com/secciones/Numero-96/izq-rev-96-revista-izquierda-96-mayo-2021-completa>
- ESTRADA-ALVAREZ, Jairo. (2021). La rebelión social y el movimiento real de la clase trabajadora. Em: Revista Izquierda. Edición Especial. 96. Disponível em: <https://revistaizquierda.com/secciones/Numero-96/izq-rev-96-revista-izquierda-96-mayo-2021-completa>
- _____. (2015). Acumulación capitalista, dominación de classe y rebelión armada. Elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado. Em: Conflicto social y rebelión armada en Colombia. Ed. Gentes del Común. Bogotá.
- MÉSZÁROS, I. (2009). A crise estrutural do Capital. Ed. Boitempo. São Paulo.
- MONCAYO, Víctor. (2015). Hacia la verdad del conflicto: Insurgencia guerrillera y orden social vigente. Em: Conflicto social y rebelión armada en Colombia. Ed. Gentes del Común. Bogotá.

21 Zona Marginal es uno de los grupos de Rap que surge en el oriente de Cali en la década de 1990, sus músicas hasta la actualidad son vigentes y estuvieron presentes en diversos puntos de bloqueo y concentración masiva en el Paro iniciado el 28A de 2021. El fragmento retomado hace parte de la canción País en Guerra, de su primer trabajo “La expresión de un pueblo”, disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=nCEMPixr9ds>

SIERRA-TAPIRO, Juan Pablo. (2021). El despertar en Colombia ¿hacia un nuevo amanecer?. Disponible em: <https://juantapiro.wordpress.com/>

_____. (2019). Elementos para pensar Nuestra América en la contemporaneidad. Em: Luchas sociales, sujetos colectivos y Trabajo Social en América Latina. Ed. Puka. Argentina. Disponible em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000119.pdf>

_____. (2017). Lucha de clases y Trabajo Social en Colombia. Una aproximación a los casos del Movimiento Político y Social Marcha Patriótica y del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia. Tesis de Doctorado en Servicio Social. Universidad Federal de Rio de Janeiro. Disponible en: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/873414.pdf>

Temblores ONG. Indepaz. Paiis (2021). Informe de Temblores ONG, Indepaz y Paiis a la CIDH sobre la violación sistemática de la Convención Americana y los alcances jurisprudenciales de la Corte IDH con respecto al uso de la fuerza pública contra la sociedad civil en Colombia, en el marco de las protestas acontecidas entre el 28 de abril y el 31 de mayo de 2021. Disponible en: http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2021/06/1-Informe-CIDH-Versio%CC%81n-Conjunta.final_.pdf

VV.AA. (2020). La pandemia del capitalismo. Revista Herramienta Web No. 28. Disponible en: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=3171>

VEGA-CANTOR, Renán (2015). La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia. Injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado. Em: Conflicto social y rebelión armada en Colombia. Ed. Gentes del Común. Bogotá.

VEGA-CANTOR, R. - NOVOA, F. (2014). Colombia y el imperialismo contemporáneo. Ocean Sur. Colombia.

_____- _____. (2016). Geopolítica del despojo. Cepa editores. Colombia.

LUTAS ANTIRRACISTAS E DERRUBADAS DE ESTÁTUAS NOS EUA E NA AMÉRICA LATINA: Revisionismo ou Reparação?

Resumo

Este artigo trata das lutas antirracistas ocorridas nos EUA, Colômbia e Brasil, em 2020 e 2021, tomando como mote a crítica a monumentos e símbolos que evocam a memória de escravagistas e bandeirantes. Em oposição àqueles que peremptoriamente classificam esses questionamentos ou ações diretas sobre monumentos e símbolos como *revisionismo histórico*, sustentamos que tais ações são parte das lutas e resistências sociais antirracistas e que ensejam o desejo por reparações históricas. Para tanto, resgatamos o tratamento dado aos monumentos da nobreza feito pelos revolucionários franceses no final do século XVIII e, por outro lado e polemizamos com a ideia de que basta recolher esses monumentos para museus, apontando que estas instituições não são neutras.

Palavras-chave: antirracismo; estátuas; borba gato; colombo; reparações; museus.

Abstract

This article deals with the anti-racist struggles that took place in the USA, Colombia and Brazil, in 2020 and 2021, taking as its motto the criticism of monuments and symbols that evoke the memory of slavers and pioneers. In opposition to those who peremptorily classify these questions or direct actions on monuments and symbols as historical revisionism, we maintain that such actions are part of anti-racist social struggles and resistance and that they give rise to the desire for historical reparations. For that, we rescued the treatment given to monuments of the nobility done by the French revolutionaries in the end of the 18th century and, on the other hand, we polemic with the idea that it is enough to collect these monuments for museums, pointing out that these institutions are not neutral.

Keywords: anti-racism; statues; Borba Gato; Colombo; repairs; museums.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a derrubada de estátuas que evocam a memória da classe dominante nos Estados Unidos da América (EUA), na Colômbia e no Brasil, nos marcos das mobilizações populares após o assassinato de George Floyd, em maio de 2020. Adotamos uma abordagem marxista que vê nesses monumentos e estátuas a materialização da ideologia dominante, olhando-os sob “o ponto de vista dos vencidos” propugnado por Michel Löwy (2009) ao apoiar-se nas reflexões metodológicas de Walter Benjamin para quem

PROMTORES



APOIO



"nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura" (1987, p. 225).

O assassinato de George Floyd, em 25 de maio de 2020, foi o detonador de uma onda de protestos antirracistas nos EUA numa escala apenas vista na década de 1960. Floyd era um homem negro desempregado, de 46 anos, e foi assassinado por Derek Chauvin, um policial branco de Minneapolis que esmagou o pescoço de Floyd com seu joelho por cerca de nove minutos.

As imagens desse assassinato rapidamente correram o mundo, deflagrando levantes populares contra a violência policial e contra o racismo em várias regiões dos EUA, em meio a pandemia da COVID-19. No bojo destes levantes, surgiram ações contra monumentos associados ao racismo, como as estátuas do extinto Estado Confederado, um agrupamento político de estados do Sul escravagista nos EUA, dissolvido no século em 1865 após sua derrota para o *Norte* na Guerra Civil Americana²².

No dia 10 de junho manifestantes derrubaram a estátua de Jefferson Davis, em Richmond, no estado da Virgínia²³. Davis foi líder do Exército Confederado que defendia a manutenção da escravidão negra.

Figura 1: Estátua de Jeferson Davis derrubada em Richmond, Virgínia - Foto: Parker Michels-Boyce



No dia 19 de junho (sexta-feira) foi retirada a estátua de Cristóvão Colombo, em frente à universidade comunitária estadunidense, que leva o seu nome, na cidade de

22 Segundo levantamento do *Southern Poverty Law Center* (SLPC) existem nos EUA 1741 símbolos públicos da Confederação. Dentre eles, existem 771 estátuas confederadas com uma disposição geográfica bastante definida: a esmagadora maioria está erigida na região Sul dos EUA, em estados como Virgínia, Texas, Geórgia, Alabama e Mississippi. Ver:

<https://www.splcenter.org/20190201/whose-heritage-public-symbols-confederacy>. Acesso em 19 jun. 2020.

23 Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/ativistas-derrubam-estatuas-confederadas-nos-eua-na-esteira-de-onda-revisionista.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2020.

Colombo, estado de Ohio²⁴. Esta retirada ocorre no *Juneteenth*, data da Proclamação de Emancipação, em 19 de julho de 1865.

Em São Francisco, Califórnia, outra estátua de Cristóvão Colombo foi alvo da população que foi às ruas protestar contra o racismo e tingiu de vermelho a estátua do colonizador espanhol responsável pelo extermínio de milhares de indígenas nas Américas. Após os protestos, a prefeitura decidiu retirar a estátua de Colombo do espaço público que ocupava²⁵.

Na Europa, também ocorreram atos semelhantes. Em Bristol, no Reino Unido, os manifestantes derrubaram a estátua de Edward Colston e jogaram-na no rio. Colston foi um traficante de escravos, membro do Parlamento Britânico e responsável pela morte de mais de 19 mil negros nas Américas e Caribes. A estátua de Colston foi retirada da água e, segundo a Prefeitura de Bristol, será levada para um museu²⁶.

Figura 2: Manifestantes jogam estátua de Edward Colston no Rio.

Foto: Giulia Spadafora/NurPhoto/AFP.



Na Bélgica, uma estátua de Leopoldo II foi tingida de vermelho, um busto “amordaçado” com uma faixa com os dizeres “não consigo respirar” – em alusão à frase proferida por George Floyd, estrangulado pelo policial em Minneapolis – e outra estátua incendiada. Leopoldo II, ex-monarca da Bélgica, foi responsável pela morte de milhões de africanos no século XIX, através da partilha da África e seu domínio sobre o Congo.

2. E NA AMÉRICA LATINA

No dia 28 de junho deste ano, aos gritos de “Colombo assassino”, manifestantes derrubaram a estátua do espanhol Cristóvão Colombo²⁷, localizada em frente a Igreja Nossa

24Ver: <https://www.cscc.edu/about/news/2020/remove-columbus-statue.shtml>. Acesso em 20 jun. 2020.

25Ver: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estatua-de-cristovao-colombo-e-retirada-de-sao-francisco-nos-eua.phtml>. Acesso em: 20 jun 2020.

26Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/ativistas-derrubam-estatuas-confederadas-nos-eua-na-esteira-de-onda-revisionista.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2020.

27Vale lembrar que a palavra “Colômbia” é uma derivação do nome do colonizador espanhol Colombo.



Senhora de Carmem, em Barranquilla. A ação era um desdobramento da onda de protestos populares que tomou conta da Colômbia, em abril deste ano, como resposta ao projeto de reforma tributária do presidente Ivan Duque. Uma reforma que, em linhas gerais, recaía pesadamente sobre os ombros da classe média e da classe trabalhadora e pobre colombiana.

Figura 3: Manifestantes derrubam uma estátua de Cristóvão Colombo na cidade de Barranquilla, no norte da Colômbia - Mery Granados - 28 jun 2021. Reuters



No Brasil, o alvo foi a estátua de Manuel Borba Gato, bandeirante paulista que em suas expedições capturou, estuprou e assassinou negros e indígenas em boa parte do território da atual região sudeste do país. No dia 24 de julho, num dia nacional de lutas contra o presidente brasileiro Jair Bolsonaro (sem partido), um pequeno grupo incendiou a estátua de Borba Gato, que fica na Zona Sul da cidade de São Paulo²⁸.

Figura 4: Bobo Gato incendiado, Thais Haliski



3. MONUMENTOS E IDEOLOGIAS

Para nós, esses atos são bastante progressivos e revelam um pequeno acerto de contas com a memória das classes dominantes. A ideologia dominante inscrita nos

28Paulo Galo, uma das principais lideranças dos trabalhadores de aplicativos foi detido e preso por 14 dias e, com mais dois motoristas é réu em processo que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/08/justica-determina-que-paulo-galo-seja-solto.shtml>. Acesso em 14 ago. 2021.

monumentos²⁹ de nosso tempo são, em sua maioria, patrimônio ideológico da burguesia. Afinal, como Marx e Engels afirmavam, a ideologia dominante em cada tempo é a ideologia da classe dominante:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual [...]” (2007, p. 47).

A própria localização geográfica destes monumentos e dos demais chamados patrimônios de “pedra e cal” não é acidental. O morro do pão de açúcar estar no lugar onde está é um fato geológico, um dado da natureza³⁰. Mas a estátua da Princesa Isabel ter sido erigida e posta em Copacabana, não é um dado da natureza. Nas palavras de Benjamin,

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinharam os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvária anônima dos seus contemporâneos (1987, p. 227).

Portanto, os monumentos não se erguem sozinhos, os patrimônios não são tombados³¹ sozinhos e os acervos museológicos não são musealizados³² sozinhos. Tudo isto ocorre por escolhas políticas que, em última instância, são determinadas por quem detém o poder político e econômico nesta sociedade capitalista.

E a burguesia sabe muito bem disso, afinal ela própria burguesia fez isso em sua luta revolucionária contra a monarquia e a nobreza.

4. A REVOLUÇÃO FRANCESA: PRESERVAÇÃO E DESTRUÇÃO

29A palavra *monumento*, como nos lembra a historiadora Françoise Choay, vem “do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir’, ‘lemburar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa” (2006, p. 17-18).

30Já o fato de, dentre tantos morros na cidade do Rio de Janeiro, justo ele ter se tornado um patrimônio cultural só pode ser explicado à luz da política e da economia.

31“Tombar” é uma expressão designada para tornar algo um patrimônio material ou imaterial. A palavra é uma referência à Torre do Tombo, Arquivo Público de Portugal.

32“Musealização” é o processo de atribuição de valor museológico a um objeto através da seleção, documentação e comunicação. Um objeto musealizado “perde” seu valor de uso e seu caráter unitário e “ganha” um valor simbólico, mais geral. Por exemplo, uma espingarda no Museu Histórico Nacional foi destituída do seu valor de uso, ninguém a utiliza para atirar. Em consequência, esta espingarda passa a representar mais do que apenas um determinado modelo específico de arma, podendo representar o conjunto das armas de fogo, representar uma época, ou uma classe social, de acordo com a intencionalidade daqueles que a expõem.

PROMOTORES



APOIO



Os museus modernos são criações das revoluções burguesas. Isto é, surgiram no momento em que a burguesia era uma classe que cumpria um papel revolucionário na história, destruindo as velhas relações feudais e transformando todo o mundo.

Tomemos o caso da França. A decadência da monarquia e da nobreza francesa pode ser medida, também, na incapacidade desta classe social concluir a criação de um grande museu na França. O projeto se arrastava por décadas na Galeria do Louvre. Mas bastaram apenas três anos revolucionários para a criação do Museu do Louvre.

Para o historiador Andrew McClellan, essa virada inicia-se com o colapso final da monarquia Bourbon, em agosto de 1792, quando o Palácio Tuileries foi invadido e Luis XVI foi feito prisioneiro. Até então, o Louvre permanecia um palácio real e o museu, propriamente dito, era um projeto sob supervisão dos arquitetos do rei.

Em 16 de setembro de 1792, a Assembleia Nacional decretava medidas para evitar a dispersão das obras de arte em território francês e indicava o Louvre como seu depositário: “A Assembléia Nacional decreta, em regime de urgência, que é importante preservar nas artes plásticas e na educação pública, as obras-primas espalhadas pela superfície do império” (TUETEY; GUILFREY, 1909, p. 02-03, tradução nossa).

Mais do que receptor de objetos raros, o Museu do Louvre se tornaria um monumento nacional para afirmar, conforme Armand Kersaint em seu *Discurso sobre os monumentos públicos*, a vontade da nação e a superioridade do novo regime sobre o velho (apud MCCLELLAN, 1999, p. 93).

Novos símbolos para o culto do público deram lugar aos velhos, e as manifestações do passado ou eram destruídas, ou apropriadas e ressignificadas. Como instituição que abrigava as obras de arte, o museu familiarizou o povo francês com a história, os símbolos e mártires da revolução³³.

A Revolução Francesa elevou a preservação e a criação de uma memória coletiva através dos monumentos e das obras de artes a um nível jamais visto até então.

Mas a mesma revolução que criou uma Comissão de Monumentos e criou o Louvre, também pôs abaixo monumentos, seja pelas ações das massas, seja através da ação do Estado. Aliás, é importante lembrar que a deflagração da revolução burguesa mais importante da história começou justamente com a destruição de um grandioso empreendimento arquitetônico de quatro séculos: a Bastilha³⁴.

33Ver McClellan (1999, p. 102) e Choay (2006).

A Assembleia Nacional Legislativa, criadora de inúmeros decretos visando a proteção de bens móveis e imóveis com valor patrimonial, de comissões e instituições que visavam a preservação patrimonial, também aprovou a venda de bens móveis para gerar divisas para a nação e até mesmo o derretimento de esculturas de bronzes pertencentes à nobreza para transformá-las em canhões para a guerra total à contrarrevolução internacional.

Em 14 de agosto de 1792, a Assembleia Nacional Legislativa da França decretava:

Art. 1º. Todas as estátuas, baixos-relevos, inscrições e outros monumentos em bronze ou em qualquer outro material erigido em todos os locais públicos, templos, jardins, parques e dependências, casas nacionais, mesmo naquelas reservadas para o gozo do rei, serão removidos sob a diligência dos representantes dos municípios, que garantirão sua conservação provisória.

Art. 2º. Os representantes do município de Paris converterão, sem demora, em bocas de fogo [termo para armas de artilharia que disparam projéteis por tubos, como canhões, morteiros e obuses] os objetos mencionados no artigo 1, existentes nos muros de Paris, sob a supervisão do Ministro do Interior, de dois membros da comissão de armas e dois membros da comissão de monumentos (1896, p. 116, tradução nossa).

Portanto, o debate sobre o que fazer com os patrimônios materiais é, em última instância, um debate político.

5. AS ILUSÕES PRESERVACIONISTAS

A contestação aos monumentos e patrimônios que celebram a memória da classe dominante não surgiu agora. Mesmo em situações de relativa estabilidade social há ações contra bustos de ditadores, placas de ruas ou monumentos em praças públicas em memória da classe dominante.

Mas, o que assistimos após a rebelião negra nos EUA com o assassinato de George Floyd nos parece uma contestação qualitativa e quantitativamente diferente. Isso porque, a maior parte delas, não eram ações de pequenos grupos que – independente da justeza de suas intenções – agiram isoladamente. O que assistimos foram ações majoritárias de massas contra monumentos erigidos em louvor à memória da classe dominante mas que estavam circunscritas em amplas lutas políticas e antirracistas³⁵.

34Criada originalmente para ser um portal de entrada para o bairro de Saint-Antoine, a Bastilha tornou-se, a partir do século XVII, numa prisão para presos políticos do regime absolutista (HOBSBAWM, 1996).

35Nos parece oportuna a descrição de Trotsky sobre outubro de 1917: “A velha Rússia desfaz-se em fumaça. A imprensa liberal recolhe as lamentações, os gemidos, a respeito da destruição dos jardins à inglesa, dos quadros pintados na época da servidão, das bibliotecas patrimoniais, dos partenons de Tambov, dos cavalos de corrida, das velhas gravuras, dos touros de raça. Os historiadores burgueses tentam lançar sobre os bolcheviques a responsabilidade de “vandalismo” dos camponeses ao exercerem represálias contra a “cultura” dos nobres. Na realidade o murique russo acabava uma obra empreendida muitos séculos antes da aparição dos bolcheviques no mundo. Realizava ele seu papel histórico de progresso com os únicos meios que estavam a sua disposição: pela

Ademais chamar essas ações – ou o questionamento que elas suscitam sobre o patrimônio de cidades, estados e países – de “revisionismo histórico” defendendo, por princípio, a permanência desses monumentos em nome da História não nos parece razoável³⁶. Afinal, as ações das massas de trabalhadores, negros e populares contra monumentos da classe dominante também são atos históricos. É o que avalia a historiadora Maria Helena Machado:

Derrubar qualquer símbolo da escravidão de africanos, indígenas ou de qualquer outro grupo, não é, de forma alguma, destruir a história. Esta continuará a ser narrada a partir das pesquisas sérias que centenas de estudiosos especializados realizam dia após dia. Derrubar coletivamente a estátua é também um ato que se inscreve na história, sobretudo pelo seu caráter público e televisionado³⁷.

É o que também fala o historiador Michel Ehrlich:

Uma vez realizada a remoção ou recaracterização da estátua em um protesto, este ato se tornou também histórico. Pretender restaurar a estátua para evitar um “apagamento da história” apaga justamente o fato, igualmente histórico (mas provavelmente muito mais digno de ser rememorado) do protesto envolvendo a mesma estátua. Recolocar a cabeça de Cristóvão Colombo nas estátuas “decapitadas” é apagar o ato de sua decapitação simbólica. Em 1968 (e novamente em 2014) um busto do reitor da UFPR Flávio Suplicy de Lacerda foi retirado e arrastado pela rua XV de Novembro por estudantes em protesto contra a colaboração desse reitor com a ditadura. A escolha por recolocar o busto tal como era antes significa optar por “preservar” a memória “positiva” do reitor e apagar e relegar ao esquecimento (ou a uma discreta placa) o protesto dos estudantes. Construir memórias implica, necessariamente, em uma articulação entre lembrar e esquecer.³⁸

A restauração, como há de se supor até aqui, não é uma técnica isenta de posição política. Recolocar, por exemplo, a cabeça da estátua de Cristóvão Colombo decapitada é uma escolha política. Afinal, em termos museológicos, qualquer dano, marca ou intervenção numa obra – causada pelo homem, pela ação do tempo ou por outros agentes – deve ser registrada na documentação desta obra, que pode ou não ser restaurada.

barbárie revolucionária ele extirpava a barbárie medieval. Aliás, nem ele próprio, nem seus antepassados, nem seus avós, conheciam, jamais, a clemência ou a indulgência” (2017b, p. 53).

360 redator do jornal *Folha de São Paulo* que classificou essas ações como “revisionismo histórico”, nas linhas seguintes, chamava Cristóvão Colombo – responsável pelo extermínio de milhares indígenas no continente americano – de o “pioneiro da conexão entre Europa e América”. Ver:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/robertodias/2020/06/o-futuro-do-passado-do-revisionismo-historico.shtml>. Acesso em 23 jun 2020.

37Ver: <https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatua-vandalismo-ou-reparacao-historica/?fbclid=IwAR3D-is3uxRIKswuBvasHWNQ8seQkBQVYYDeCn3yiowxV38spWhM1qmbgsw>. Acesso em: 23 jun. 2020.

38Ver: <https://medium.com/@michelehrlich/derrubar-est%C3%A1tuas-tamb%C3%A9m-%C3%A9-%C3%A9-hist%C3%BCria-db7db1203ecb>. Acesso em 17 jun. 2020.

PROMOTORES



APOIO



Portanto, decidir pela restauração pura e simples de artefatos danificados por ações das massas, como este exemplo evoca, serve à conservação simbólica de uma ordem material de exploração e opressão da classe trabalhadora, de negros, indígenas, mulheres e LGBTs.

Costuma-se lembrar que o museu é uma instituição que acolhe, musealiza e conserva objetos, mas costumeiramente esquece-se que o museu tem políticas de *descarte* de seus objetos. Por isso, a ideia de que tudo deve ser preservado com vistas à lembrança também é uma ilusão quando falamos em instituições museológicas.

Além disso, é preciso romper com a ideia de que os museus são instituições que “pairam” sobre a sociedade e que os objetos encaminhados aos museus serão “ressignificados” – como num passe de mágica – como muitos fazem crer. Afinal, os museus não são instituições neutras. E isso pode ser constatado a começar pela sua própria instalação. A maior parte dos museus brasileiros está instalada em imóveis que eram residências. Mas que residências tornaram-se museus? Os imóveis “coloniais” musealizados foram as senzalas, ou as Casas Grandes? Foram os mucambos, ou os casarões e palácios? Nos centros urbanos do século XX, foram casas de operários ou mansões da burguesia que se tornaram museus? E com quais finalidades estes imóveis tornaram-se museus?

Por outro lado, a burguesia atribuiu aos museus um poder de veracidade que pouquíssimas instituições sociais na história já possuíram. Se algo está no museu, supõe-se que seja verdadeiro, autêntico, fidedigno etc.

Tomemos um exemplo corriqueiro: o professor que, através dum livro didático, ensina a seus estudantes que a abolição da escravidão foi uma obra gratuita da Princesa Isabel, leva-os a um Museu Histórico para reforçar essa narrativa com a força da “prova” dos documentos, pinturas, bustos e objetos musealizados da família imperial. Os museus sob o capitalismo funcionam como o fecho de um longo encadeamento ideológico que muitas vezes começa nos livros didáticos.

Por fim, as técnicas museográficas são a “gramática” de uma construção narrativa que, ao invés de usar apenas palavras, usa objetos, luz, suportes e espaço.

Figura 5: Estudo para a Libertação dos Escravos, 1889, Pedro Américo.
Óleo sobre tela, 138,5 cm x 199 cm.

Vejamos abaixo a pintura *Estudo para a Libertação dos Escravos*, de Pedro Américo, exposta por anos na Pinacoteca de São Paulo.



Trata-se de uma pintura de grandes proporções que, de forma resumida, projeta na tela o discurso da história oficial: a libertação dos negros escravizados deu-se por uma obra magnânima do império. Os negros ajoelhados agradecem a figura divina da *Liberdade* que ergue os braços, sob o olhar atento de uma figura entronizada, ao fundo, com vestimentas que aludem às cores da nação brasileira (PINCERATI, 2016). A escravidão é retratada como um demônio negro exorcizado por uma ação de ares divinos. O cenário todo parece um idílio divino.

Evidentemente, é possível utilizar esta pintura num museu, como um documento para contrapormos uma visão crítica sob uma perspectiva de classe e raça da abolição da escravidão. Porém, a sua exposição ao centro da sala expositiva na Pinacoteca, repleta de quadros da família real e sob o “olhar atento” do busto de Dom Pedro II – como mostra a figura 6 – induzem o espectador à compreensão de que a abolição da escravidão se deu, realmente, por uma ação piedosa da família imperial.

Figura 6: Parte da Sala Expositiva, Pinacoteca, 2014.

Arquivo Pessoal



5. CONCLUSÃO: POR UMA POLÍTICA DE REPARAÇÕES

Mas se estas ações contra monumentos que evocam a memória racista da classe dominante são ações progressivas, é preciso reconhecer que elas apenas “arranham” a

PROMOTORAS



APOIO



superfície do problema, pois essa luta “simbólica” precisa se inscrever numa luta política mais ampla por reparações históricas aos negros.

Embora diferentes, EUA e Brasil têm muitas semelhanças. Lá, como aqui, houve abolição da escravidão sem políticas efetivas de reparações ao povo negro. Durante a Guerra Civil estadunidense, o Norte havia prometido implementar uma política de *Reconstrução* do Sul e que concederia aos negros livres 40 acres de terra (cerca de 16 hectares) e 1 mula. Mas essa política foi enterrada³⁹.

No Brasil, a abolição da escravidão foi antecedida por medidas que restringiram o acesso dos negros à terra e, com as políticas de imigração europeia e com as ideologias racistas, impediu-se o acesso dos negros ao mercado de trabalho assalariado, o que explica em grande medida a situação dos negros hoje.

Portanto, a luta por reparações hoje em países como o Brasil e Colômbia deve incorporar as exigências fundamentais por reformas agrárias e urbanas e a suspensão da dívida pública com os credores imperialistas. Como explica Hertz Dias, em recente texto,

Aquilo que chamamos de Reparações históricas no Brasil nada mais são do que as demandas que ficaram represadas pela forma como se deu a abolição, além de tantas outras demandas que foram aparecendo à medida que o capitalismo brasileiro foi se desenvolvendo completamente dependente das forças imperialistas.

Essa política tem duas dimensões: a jurídica e a econômica. A jurídica é aquela de cunho mais superestrutural voltado para luta por igualdade de direitos, acesso à educação, respeito à diversidade, tolerância religiosa, valorização cultural, histórica, entre outras. Já as demandas econômicas dizem respeito às lutas mais estruturais como o direito à terra, ao trabalho, à moradia, à saúde, renda e até a defesa da suspensão da dívida externa ou pública (DIAS, 2020).

Dias explica, ainda, que por serem demandas democráticas e policlassistas, as reparações históricas interessam não só aos negros da classe trabalhadora e pobres, mas também interessam às frações da comunidade negra das classes médias e da minúscula burguesia negra. Porém, alerta que

essas frações não têm condições de defender a aplicação desse programa em sua plenitude. Sempre que possível trairão essas lutas tão logo seus interesses de classes estejam ameaçados. Não falamos apenas dos negros burgueses, que representam uma minúscula fração da burguesia nacional, mas também das organizações associadas ao grande capital e aos organismos imperialistas como aqueles que financiaram a Conferência de Durban (DIAS, 2020).

Uma luta simbólica antirracista precisa ter um caráter internacionalista, com uma exigência de restituição dos bens históricos, artísticos e culturais reivindicados pelos

³⁹Ver: <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/sobre-os-escritos-de-marx-e-engels-acerca-da-guerra-civil-americana/>. Acesso em 02 set. 2021.

povos africanos e latino-americanos e que compõem o acervo dos museus dos países imperialistas.

No Brasil, é preciso exigir a criação de um Museu federal destinado a recolher, organizar e expor os bens materiais e imateriais da cultura afro-brasileira, com abertura de concursos públicos para os quadros técnicos, administrativos e de serviços, com elaboração de um Plano Museológico com a participação das organizações dos trabalhadores e do movimento negro.

Aqui, 67% dos museus são públicos, mas 91% da população nunca foi ou raramente vai a um museu ou centro cultural, segundo dados do IPEA⁴⁰. Por isso, uma luta simbólica antirracista que vá às últimas consequências precisa ir além da derrubada de estátuas que celebram a memória das classes dominantes, ou retirá-las (danificadas ou não) para destiná-las aos museus. É preciso avançar num projeto de controle social e popular dos museus.

A burguesia reuniu nos museus, jardins botânicos, arquivos e bibliotecas uma infinidade de primorosas obras de artes e importantes testemunhos históricos, naturais e científicos da humanidade que precisam ser preservados e abertos à classe trabalhadora. Porém, como sintoma de sua tendência a levar a humanidade à barbárie e à destruição, a burguesia já não é mais capaz de conservar todo este rico patrimônio. Foi o que vimos com o incêndio do Museu Nacional, em 2018 e, mais recentemente, com o incêndio do Museu de História Natural da UFMG.

Por isso, pôr os museus e centros culturais a serviço dos explorados e oprimidos exige uma luta pelo controle do Estado. Exige uma luta pelo poder para controlar não só os museus, mas também, as bibliotecas, arquivos, cinemas etc e pô-los a serviço e usufruto da classe trabalhadora e do povo negro e pobre.

Exige uma revolução socialista apoiada em conselhos populares compostos por trabalhadores e pelo povo negro e pobre, pois, como explica Dias, a política por reparações aos negros não pode se dar plenamente por dentro da democracia burguesa, herdeira única de toda a riqueza produzida pela escravidão negra.

Então só pode ser através de um governo próprio do proletariado, com seu próprio Estado e com sua própria democracia ancorada em sua auto-organização. O que implica dizer que essa plataforma reparatória deve ser combinada, e não diluída, ao programa mais geral para libertação da classe trabalhadora, o da revolução socialista (DIAS, 2020).

Lembremos que foi a tomada do poder pelos revolucionários na Rússia, e a criação de um Estado Operário, que deu as condições necessárias para a criação, no início da

40Média obtida das respostas dos entrevistados das cinco regiões brasileiras que declararam raramente ou nunca terem ido a museus/centros culturais: 94,0% (SUL), 92,9% (Sudeste), 87,0% (Centro-Oeste), 92,8% (Nordeste) e 88,2% (Norte) (IPEA, 2010).

década de 1920, de uma série de museus com os artefatos confiscados dos czares e universalizando o seu acesso numa amplitude até então inédita, como narrara Anatóli Lunatchárski, Comissário do Povo para a Educação:

No que se refere aos museus, eles se encontram na mais exemplar ordem e funcionam sob a chefia dos melhores museólogos; eles foram extremamente enriquecidos graças à transferência para lá de todo tipo de obras de arte e monumentos históricos oriundos de palacetes rurais e mansões senhoriais. Ao mesmo tempo que os melhores quadros do antigo Hermitage foram removidos para Moscou por vontade de Kérenski e ainda estão fechados em caixas à espera do dia em que estejamos absolutamente tranquilos com a situação de Petersburgo, as salas do Hermitage outra vez estão se enchendo de magníficas obras de arte, em parte compradas, em parte simplesmente trazidas de tesouros particulares até hoje não disponíveis para o público. E que maravilhas estão abertas atualmente para a contemplação das massas populares e dos estudantes nos palácios de Iussúpov, Stróganov e outros!

(2017, p. 4034)

REFERÊNCIAS

- ARCHIVES Parlamentaires de 1787 a 1860: Recueil Complet des Débats Législatifs & Politiques des Chambres Françaises. Tomo XLVIII. Paris: Paul Dupont, 1896. Disponível em: <<https://sul-philologic.stanford.edu/philologic/archparl/>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.
- DIAS, Hertz. Do 13 de maio de 1888 à Conferência de Durban de 2001: O que acontece quando nossas lutas escapam do nosso controle. **PSTU**, São Paulo, 13 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/do-13-de-maio-de-1888-a-conferencia-de-durban-de-2001-o-que-acontece-quando-nossas-lutas-escapam-do-nosso-controle/>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- LUNATCHÁRSKI, Anatóli. O poder soviético e os monumentos do passado. In: GOMIDE, Bruno Barreto (Org). **Escritos de Outubro:** os intelectuais e a Revolução Russa (1917-1924). São Paulo: Boitempo, 2017. Versão ebook.
- HOBSBAWM, Eric. **A Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- IBRAM. **Museus em números volume 1.** Brasília: IBRAM, 2011.

PROMOTORES



APOIO



IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social – Cultura.** IPEA: 2010.

Disponível

em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf>>

. Acesso em: 18 ago 2015.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCCLELLAN, Andrew. **Inventing the Louvre:** Art, Politics, and the Origins of the Modern Museum in Eighteenth-Century Paris. Berkeley; Los Angeles; London: UCLA, 1999.

PINCERATI, Walker Douglas. Negro é o inferno! Um ensaio sobre as cores dos homens, dos demônios e dos deuses. **Working Papers em Linguística,** Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 46-71, out. 2016. ISSN 1984-8420. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2016v17n2p46>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** Volume II. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2017a.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** Volume III. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2017b.

TUETEY, Alexandre; GUILFREY, Jean. La Commission du Museum et la creation du Musee du Louver (1792-1793). Paris: Librairie de la Société de L'Historie de L'Art Français, 1909.